

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – IFPE CAMPUS RECIFE
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

KENEDY ADELSON LOPES DA SILVA

**UMA OUTRA ALDEIA: Contradições socioespaciais no Conjunto Habitacional
Novo Redentor, bairro de Vera Cruz, Camaragibe, Pernambuco**

RECIFE

2018

KENEDY ADELSON LOPES DA SILVA

**UMA OUTRA ALDEIA: Contradições socioespaciais no Conjunto Habitacional
Novo Redentor, bairro de Vera Cruz, Camaragibe, Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura em Geografia do IFPE-
Campus Recife como uma das exigências
para a obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aduino Gomes
Barbosa.

RECIFE

2018

Ficha elaborada pela bibliotecária Ana Lia Evangelista CRB4/974

Silva, Kenedy Adelson da.

S586o Uma outra Aldeia: contradições sócioespaciais no Conjunto Habitacional Novo Redentor, bairro de Vera Cruz, Camaragibe, Pernambuco / Kenedy Adelson da Silva. --- Recife: O autor, 2018.

102f. il. 21 X 29,7 cm.

TCC (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, DASS 2018.

Inclui Referências e apêndices.

Orientador: Professor Dr. Adauto Gomes Barbosa.

1. Aldeia. 2. Conjunto Habitacional Novo Redentor. 3. Desigualdades socioespaciais. 4. Prometrópole. 5. Município de Camaragibe I. Instituto Federal de Pernambuco. II. Título.

CDD 363.50981 (21ed.)

Kenedy Adelson Lopes da Silva

**Uma outra Aldeia: contradições socioespaciais no Conjunto Habitacional Novo
Redentor, Bairro de Vera Cruz, Camaragibe, Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- *Campus* Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado e **APROVADO** em 17 de julho de 2018 pela Banca Examinadora:

Adauto Gomes Barbosa (IFPE/CGEO) - Orientador
Doutor em Geografia-UFPE

Gevson Silva Andrade (UPE)- Examinador Externo
Doutor em Sociologia- TUB, Alemanha

Wedmo Teixeira Rosa (IFPE/CGEO) - Examinador Interno
Doutor em Geografia- UFPE

Recife-PE

2018

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Normalmente, os agradecimentos acabam sendo nossas palavras findas, ao término de cada trabalho. Creio que seja para me lembrar, até o último minuto, que não trabalhei só.

Em face disso, agradeço a Deus, que permitiu que tudo isso se realizasse em minha vida, em participar do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPE, das monitorias (Biogeografia, Geografia Regional do Mundo, Pedologia e Edafologia), e também ao Pibic.

A toda minha família e amigos, que sempre estiveram comigo, vai minha real felicidade e carinho por todos vocês.

Agradeço ao professor orientador, Aduino Gomes, a sua paciência e confiança. Ele soube, como sempre, orientar de forma exemplar, permitindo-me grande crescimento. Um grande abraço.

Aos professores avaliadores interno, Wedmo Rosa, e externo, Gevson Andrade, que aceitaram contribuir com a avaliação deste trabalho. Também agradeço a todos os professores do Curso de Licenciatura em Geografia, que me apoiaram e fizeram com que os momentos em conjunto fossem excepcionais.

Não posso deixar de mencionar minha querida professora Manuella Vieira, o professor Marcelo Miranda, Fernanda Guarany e Márcia Moura (eu amo vocês).

Aos professores Igor Sacha, Jessé Sena, Edlamar Santos, José Henrique Duarte, Enildo Gouveia, Maciel Silva, Gustavo Barbosa, Marcos Moraes, Bernardo Luiz e Nielson Bezerra, um grande abraço a todos.

Agradeço à Coordenação do Curso Licenciatura em Geografia, que sempre apoia os estudantes, e ao *Campus* Recife, permitindo que, como estudante, eu pudesse acrescentar conhecimentos ímpares à minha vida, mediante as inúmeras atividades didáticas internas e em campo por meio do Curso de Licenciatura em Geografia.

RESUMO

Aldeia repassa primeiramente a ideia de uma paisagem bucólica, na Região Metropolitana do Recife (RMR), marcada pela presença de condomínios horizontais fechados de alto padrão, chácaras, em meio à suposta abundância do verde preservado, onde, apesar de algumas áreas de baixo poder aquisitivo, o que constituiria a realidade seria apenas esse cenário de reclusão dos ricos. A problemática perseguida neste trabalho teve o propósito de justamente mostrar que Aldeia vai muito além dessa visão romântica, cuja realidade social é marcada por profundas desigualdades e carências básicas em infraestrutura e serviços urbanos. Os problemas de natureza socioespacial dessa região são muito comuns aos vivenciados em outros lugares da RMR. Para demonstrar tal realidade, elege-se como recorte espacial de estudo o Conjunto Habitacional Novo Redentor, no bairro de Vera Cruz, parte de Aldeia pertencente ao município de Camaragibe. Tal área apresenta realidade socioeconômica muito pobre, onde é possível identificar diversas carências relacionadas nos serviços públicos de saúde, transporte, segurança, iluminação, escolas e limpeza. A pesquisa teve como objetivo geral analisar as condições da vida urbana no Conjunto Habitacional Novo Redentor, bem como as contradições e os obstáculos referentes ao processo de remoção de populações para esse conjunto das comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e o Piin. Para tanto, foi feita uma abordagem qualitativa e utilizaram-se procedimentos metodológicos, tais como análise documental, visitas a campo para realização de entrevistas semiestruturadas, questionário, além de registro fotográfico e análise espacial por meio de imagens do Google Earth. A pesquisa investigou a implantação do referido conjunto habitacional, bem como análise dos condicionantes do processo de remoção de 400 famílias das dessas três comunidades pobres. Esse conjunto habitacional é parte da obra do PAC I, que foi gerida pela Cehab e sua construção tinha dupla finalidade: preservar as nascentes do rio Beberibe, pelo fato de essas comunidades aí se localizarem, e melhorar as condições de vida dessas populações, realocando-as para um novo espaço supostamente com toda a infraestrutura e serviços urbanos. Contudo, até o presente, falta muito a ser implantado da infraestrutura mínima necessária para o bom funcionamento do conjunto habitacional e os serviços urbanos coletivos são muito precários ou até mesmo ausentes. Além disso, não se nota recuperação ambiental na área das nascentes nem as comunidades foram totalmente removidas, evidenciando um quadro de flagrante abandono dessas populações.

Palavras-chave: Aldeia. Conjunto Habitacional Novo Redentor. Desigualdades socioespaciais. Prometrópole. Município de Camaragibe.

ABSTRACT

Aldeia passes, at first, the idea of a bucolic landscape in the Metropolitan Region of Recife (MRR). It is marked by the presence of private horizontal condominiums of high standard and country houses, among the presumed abundance of preserved nature, where, despite of some areas of low income, what would constitute the reality would be just this scenario of seclusion for the rich ones. The issue addressed in this paper was aimed to show, specifically, that Aldeia goes far beyond this romantic vision. Its social reality is marked by deep inequalities and lack of basic infrastructure and urban services. The socio-spatial problems of this area are as frequent as those experienced in other parts of the MRR. In order to demonstrate such reality, the Novo Redentor Housing Complex, in the neighborhood of Vera Cruz, part of Aldeia which belongs to the municipality of Camaragibe, was selected as the space cutout for this study. This area presents a very poor socioeconomic reality, where it is possible to identify several related deficiencies in the public services of health, transport, security, lighting, schools and cleaning. The research had as general aim to analyze the conditions of urban life in Novo Redentor Housing Complex, as well as the contradictions and obstacles related to the process of population removal from the communities of Sapó Stream, Rio das Pacas and Piin to this complex. Thereunto, a qualitative approach was taken, and methodological procedures were used, such as documentary analysis, field visits for semi-structured interviews, questionnaire, photographic registration and spatial analysis using Google Earth images. The research investigated the implementation of this housing complex as well as the analysis of the conditioning factors of the removal process of 400 families from the three poor communities. This housing complex is part of the work of PAC I, which was managed by Cehab and its construction had a dual purpose: to preserve Beberibe's river springs, because these communities are located there; and to improve the living conditions of these populations, relocating them to a new space which was supposed to have all the infrastructure and urban services. However, until the present moment, the minimum infrastructure required for the proper functioning of the housing complex is still lacking, and collective urban services are very precarious or even absent. In addition, there is no evidence of environmental recovery in the area of the springs, neither the communities have been completely removed, evidencing a flagrant abandonment of these populations.

Key-words: Aldeia. Novo Redentor Housing Complex. Social and spacial inequalities. Prometropole. Camaragibe Municipality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A grande região de Aldeia: distribuição da população do bairro de Vera Cruz.....	34
Figura 2 – Bairro de Vera Cruz, Camaragibe	37
Figura 3 – Intervenção do Projeto GGBB da área de estudo	50
Figura 4 – Área da bacia do rio Beberibe em 2008	50
Figura 5 – O envolvimento do Estado com demais entidades: gestão integrada da bacia do rio Beberibe	52
Figura 6 – Maquete eletrônica ilustrativa do padrão construtivo.....	58
Figura 7 – Ocupação irregular na comunidade do Rio das Pacas em 2010	82
Figura 8 – Ocupação irregular na comunidade de Piin em 2010	82
Figura 9 – Ocupação irregular na comunidade do Córrego do Sapo em 2010	83
Figura 10 – Recuperação vegetal depois de 5 anos aproximadamente na comunidade do Rio das Pacas, 2016	83
Figura 11 – Recuperação vegetal depois de 5 anos aproximadamente na comunidade do Piin, 2016	84
Figura 12 – Recuperação vegetal depois de 7 anos aproximadamente na comunidade do Córrego do Sapo, 2016	84
Figura 13 – Área antes do início da construção do Conjunto Habitacional Novo Redentor, 2006	89
Figura 14 – Área durante a construção do Conjunto Habitacional Novo Redentor, 2010	89
Figura 15 – Área depois da construção do Conjunto Habitacional Novo Redentor, 2016	90

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	–	Trecho da Estrada de Aldeia especialmente nas imediações do km 13	34
Fotografia 2	–	Propaganda de um empreendimento local em Aldeia, Paudalho, PE	44
Fotografia 3	–	Área do futuro Condomínio Reserva de Aldeia	44
Fotografia 4	–	Acesso ao empreendimento Raízes de Aldeia	45
Fotografia 5	–	Av. Ministro Marcos Freire, Aldeia, construída para atender o condomínio	45
Fotografia 6	–	Condomínio Colorado Luar de Aldeia	46
Fotografia 7	–	Condomínio Torquato Castro	46
Fotografia 8	–	Condomínio Flor do Araçá	46
Fotografia 9	–	Condomínio de Campo Alvorada	46
Fotografia 10	–	Green Garden, localizado no km 13,5 da estrada de Aldeia	46
Fotografia 11	–	Hotel Campestre de Aldeia, km 13, Estrada PE-027	46
Fotografia 12	–	Casa de alto padrão em um condomínio de Aldeia.....	47
Fotografia 13	–	Outra casa de alto padrão em um condomínio de Aldeia	47
Fotografia 14	–	Canteiro de obra: início da implantação do Conjunto Habitacional Novo Redentor no bairro de Vera Cruz em Aldeia	54
Fotografia 15	–	Área de edificação do conjunto em 2009	54
Fotografia 16	–	Conjunto Habitacional Novo Redentor	55
Fotografia 17	–	Parada de ônibus municipal: linha Aldeia-Araçá-Santana	66
Fotografia 18	–	Parada de ônibus metropolitano: linha (Integração) TI Camaragibe-Vera Cruz	66
Fotografia 19	–	Rua Marcela de Andrade Lima não pavimentada, que dá acesso ao Conjunto Habitacional	67
Fotografia 20	–	Rua Manoel Bione de Araújo não pavimentada, que dá acesso ao Conjunto Habitacional	67
Fotografia 21	–	Clareza diurna na rua do Conjunto Habitacional Novo Redentor ...	68
Fotografia 22	–	Iluminação deficiente à noite no Conjunto Habitacional Novo Redentor	68

Fotografia 23 –	Depósito de água sem funcionar	69
Fotografia 24 –	Terreno encharcado onde ficam as fossas (em destaque) que recebem todo o esgoto, e drena diretamente para o rio das Pacas	71
Fotografia 25 –	Terreno encharcado sem destaque	71
Fotografia 26 –	Registro do momento da coleta de lixo no Conjunto Habitacional Novo Redentor	71
Fotografia 27 –	Momento registrado imediatamente após a coleta: lixo espalhado no local	71
Fotografia 28 –	Coletor de resíduos sólidos improvisado pelos moradores do Conjunto Habitacional Novo Redentor	72
Fotografia 29 –	Coletor de resíduos sólidos fotografado de outro ângulo	72
Fotografia 30 –	Residência antiga para abrigar um posto de saúde no município	79
Fotografia 31 –	Unidade Básica de Saúde que atende o Conjunto Habitacional Novo Redentor	79
Fotografia 32 –	Escola Municipal São José	80
Fotografia 33 –	Ônibus escolar que atende o conjunto	80
Fotografia 34 –	Área da antiga comunidade do rio das Pacas, abril 2018: área cercada por agricultura de subsistência	85
Fotografia 35 –	Área com resquícios de uma residência desapropriada	85
Fotografia 36 –	Local para futura residência	85
Fotografia 37 –	Vegetação local	85
Fotografia 38 –	Área da comunidade do Piin, abril 2018: bar em funcionamento	87
Fotografia 39 –	Residência nova em área de risco	87
Fotografia 40 –	Outra residência nova em área de risco	87
Fotografia 41 –	Área de uma residência antiga	87
Fotografia 42 –	Córrego do Sapo: Avenida Vera Cruz, principal do bairro	88
Fotografia 43 –	Construções que permaneceram	88
Fotografia 44 –	Vegetação restaurando-se nesse local	88
Fotografia 45 –	O esgoto que enchia as casas em época da chuva	88
Fotografia 46 –	Conjunto Habitacional Novo Redentor visto de um ângulo	91
Fotografia 47 –	Conjunto Habitacional Novo Redentor visto de outro ângulo	91
Fotografia 48 –	Puxadinho feito por moradores para complementar a residência	91

Fotografia 49 –	Puxadinho para aumentar o tamanho da residência e lixo espalhado na rua	91
Fotografia 50 –	Puxadinho e rua com lixo e entulhos	92
Fotografia 51 –	Falta de limpeza na rua	92
Fotografia 52 –	Certificado de curso realizado pela Cehab, setembro 2013	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Total de 29 bairros oficiais de Camaragibe distribuídos nas 5 RPA	35
Quadro 2 –	Execução das obras do PAC I	56
Quadro 3 –	Local de residência anterior do público investigado	61
Quadro 4 –	Ocupação do chefe de família do sexo feminino	73
Quadro 5 –	Ocupação do chefe de família do sexo masculino	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Como considera a moradia atual em relação à anterior	61
Gráfico 2 –	Tempo de moradia no Conjunto Habitacional Novo Redentor Camaragibe – PE - 2018.....	62
Gráfico 3 –	Escolaridade dos moradores do Conjunto Habitacional Novo Redentor ..	64
Gráfico 4 –	Avaliação dos moradores a respeito da oferta de transporte coletivo no bairro de Vera Cruz, Camaragibe	66
Gráfico 5 –	Serviço de limpeza no Conjunto Habitacional Novo Redentor	70
Gráfico 6 –	Número de pessoas residentes no imóvel	73
Gráfico 7 –	Renda familiar (em salário mínimo – SM) dos moradores do Conjunto Habitacional Novo Redentor	76
Gráfico 8 –	Serviço de segurança pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor.	77
Gráfico 9 –	Serviço de saúde pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor	78
Gráfico 10-	Oferta de escola pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
AE	Área Especial
APA	Área de Proteção Ambiental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCA	Clube de Campo Alvorada
CDLA	Comitês de Desenvolvimento Local de Área
COHAB	Companhia Estadual de Habitação e Obras
CELPE	Companhia Elétrica de Pernambuco
CEMEC	Centro Médico de Especialidades
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
FSA	Fórum Socioambiental de Aldeia
GEBB	Grupo Executivo da Bacia do Beberibe
GGBB	Grupo Gestor da Bacia Beberibe
GSBB	Grupo Social da Bacia do Beberibe
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPA	Plano Plurianual
PROMETRÓPOLE	Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Político-Administrativa
SECID	Secretaria das Cidades
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SECHAB	Secretaria de Habitação
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
TI	Terminais integrados
ZEPA	Zona Especial de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O PAPEL DO ESTADO E DOS AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS	24
2.1	Os vários papéis assumidos pelo Estado como agente produtor do espaço urbano	26
2.2	Sobre a segregação socioespacial	28
2.3	O papel dos agentes sociais excluídos como produtores do espaço urbano	31
3	ALDEIA COMO ESPAÇO PERIURBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	33
4	DOS ANTECEDENTES À IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO REDENTOR	49
4.1	Repercussão socioespacial de algumas políticas públicas na área de estudo ...	49
4.2	Implantação do conjunto residencial: atendimento das necessidades dos moradores ou agravamento das contradições socioespaciais?	53
5	RADIOGRAFIA DA PRECARIIDADE URBANA DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO REDENTOR E DAS ANTIGAS COMUNIDADES REMOVIDAS	59
5.1	O Novo Redentor visto por dentro	60
5.2	Como ficaram ou ainda estão os territórios das comunidades que em tese foram removidas?	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO TABULADO	102
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	106
	ANEXO – TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO	107

1 INTRODUÇÃO

Aldeia constitui uma área periurbana da Região Metropolitana do Recife (RMR), que se estende pelo território de quatro municípios metropolitanos – Camaragibe, São Lourenço da Mata, Recife, Abreu e Lima, e um não metropolitano – Paudalho. Esse espaço compreende em grande parte a Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe e tem grande importância ambiental para a RMR, pois, apesar do avanço da urbanização e a consequente degradação ambiental, ainda tem importantes fragmentos de mata atlântica relativamente preservados, os quais contribuem para a recarga do aquífero. É lá onde se situa a nascente do rio Beberibe.

Além de ter grande extensão de áreas verdes na área periurbana da RMR, Aldeia está situada nos Tabuleiros Costeiros, sendo comumente associada a um conjunto de amenidades que, em tese, a diferenciam bastante do que se verifica nas áreas mais densamente urbanizadas da RMR, como o silêncio e o predomínio do verde, dentre outros aspectos que têm levado os promotores imobiliários, a mídia e os agentes sociais em geral a considerá-la como um “refúgio verde e tranquilo” bem perto do Recife. Essa imagem positiva de Aldeia tem sido reforçada desde a década de 1960, quando começaram a ser instalados lá equipamentos como granjas e clubes de campo voltados para famílias de alto poder aquisitivo, cujo uso se restringia aos fins de semana, já que a ausência dos serviços urbanos e de infraestrutura urbana praticamente impossibilitava as famílias de lá instalarem as primeiras residências.

Porém, essa realidade começou a mudar à medida que, cada vez mais, houve a expansão da implantação de serviços e equipamentos urbanos, como escolas, pontos de comércio e até de serviços mais segmentados como clínicas, escritórios, escola de línguas, *pet shops*, restaurantes, dentre outros. A implantação desses equipamentos ocorreu paralelamente à transformação socioespacial de Aldeia em uma área de segunda para também de primeira residência. Atualmente, há muitos imóveis que continuam a funcionar como segunda residência, assim como os que constituem residência permanente de seu morador, estando a maioria deles localizada em condomínios horizontais fechados, com evidente perfil de autossegregação socioespacial.

Em meio a tudo isso, Aldeia tem sido evocada na imprensa, nos discursos publicitários dos promotores imobiliários e no imaginário geral da população como um espaço

essencialmente ocupado por famílias de alto poder aquisitivo, onde seria possível conviver com uma natureza ainda relativamente preservada. Esses discursos não são inocentes e atendem a interesses, por exemplo, dos agentes capitalistas produtores desse espaço, como proprietários fundiários, incorporadores e construtores. Contudo, há outra Aldeia que, curiosamente, é bastante conhecida, porém pouco mencionada, a Aldeia ocupada pelos pobres, os quais se distribuem por áreas muito precárias em serviços e em infraestrutura urbana, sobretudo porque dependem do poder público para atender às necessidades básicas como abastecimento d'água, transporte e moradia. Com base nisso, esta pesquisa se refere à outra Aldeia, aquela onde a precariedade urbana e social, em certo sentido, iguala-se à de outras tantas áreas reconhecidamente carentes da RMR.

Procurando, desse modo, estabelecer o recorte temático e espacial, esta pesquisa trabalha com as contradições socioespaciais em um conjunto residencial popular construído pela Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), ou seja, o Conjunto Habitacional Novo Redentor, situado no bairro de Vera Cruz no município de Camaragibe, Pernambuco. Conforme dito, o recorte geográfico identificado como Aldeia está distribuído em cinco municípios; na área correspondente a Camaragibe, ela compõe a Região Político-Administrativa 5 (RPA-5) de Aldeia, e o bairro de Vera Cruz é apenas um de seus fragmentos, pois há ainda outros bairros, além das áreas oficialmente consideradas como rurais, mas na prática são ocupadas por luxuosos condomínios residenciais fechados, que nada têm de rural.

Quanto ao recorte temporal, a pesquisa se atém ao contexto atual, no entanto, isso não impede que, para uma compreensão mais aprofundada do presente, é necessário recuar no tempo, por exemplo, explicar um pouco da história da formação de Aldeia, com suas primeiras ocupações e usos do solo, e também mostrar as áreas do conjunto observado e das comunidades há mais de oito anos. Diante disso, podemos analisar as transformações e contradições atuais desse espaço periurbano.

No que concerne à justificativa, ressaltamos que muitos estudos acadêmicos já foram feitos sobre Aldeia, a exemplo de Andrade (2006), Miranda (2008) e Silva (2011; 2012; 2015), porém pouco se avançou na elucidação das contradições socioespaciais em áreas pobres dessa região, principalmente na remoção das três comunidades estudadas. Como dito, a Aldeia mais comentada e até mesmo estudada tem sido a ocupada pelos ricos. Até o presente, pouco se analisou sobre as ocupações pobres dessa região. Isso, de certa forma, tem

contribuído para que as carências urbanas e sociais da sua população não tenha tido a devida visibilidade, seja no âmbito da imprensa, seja no campo acadêmico. Muitas das injustiças sociais que ocorrem em Aldeia se tornam, nesse contexto, injustiças espaciais, pois uma parte importante dos seus moradores é cotidianamente alijada de serviços mais básicos como atendimento em uma unidade básica de saúde – posto de saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), escola de educação básica, linha de ônibus, só para ficar entre os exemplos de serviços mais urgentes.

Esta pesquisa procura contribuir com a produção de conhecimento científico sobre uma das áreas pobres de Aldeia. Dessa forma, esperamos que ela apresente relevância tanto para a sociedade como em sentido acadêmico. Mesmo de forma bastante pontual, considerando tratar-se de um trabalho de conclusão de curso de graduação, buscamos suprir a lacuna que existe hoje sobre a análise das comunidades pobres de Aldeia nessa região. Isso poderá ser uma forma de estabelecer possíveis contrapontos com os fragmentos ditos nobres de Aldeia e, assim, identificar eventuais semelhanças e reforçar suas principais diferenças, mesmo que aqui não haja o objetivo de fazer qualquer analogia entre ambas as realidades socioespaciais, mas não impede de fornecer subsídios para análises futuras com tal preocupação.

Outro aspecto que justifica a opção pelo desenvolvimento desta pesquisa é o fato de o estudante pesquisador ser morador de Aldeia desde sua infância, e isso o possibilitar ter uma visão de longo prazo e ao mesmo tempo afetiva sobre esse lugar. Dessa forma, ao ouvir frequentemente falar de Aldeia como se fosse uma área homogênea em termos sociais e econômicos, criava-se uma inquietação pelo fato de que há outros fragmentos que praticamente não são mencionados pela imprensa nem estão no imaginário popular. Entendemos, nesse caso, que a dimensão do espaço vivido é mais um elemento que leva os pesquisadores a fazer suas escolhas em estudar e assim contribuírem com a produção do conhecimento sobre a realidade que vivenciaram ou ainda vivenciam.

Neste momento, fazemos uma discussão para a caracterização da problemática da pesquisa sobre as contradições socioespaciais no já referido Conjunto Habitacional Novo Redentor. Para isso, é necessário, reconstituir mesmo, de forma breve, a história da implantação do Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (Prometrópole), política pública voltada para ações de preservação ambiental de bacias hidrográficas no espaço metropolitano do Recife. A execução do

Prometrópole é de responsabilidade da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe-Fidem), que, procurando resguardar as condições de preservação ambiental das bacias, visando à implantação de infraestrutura em áreas de baixa renda da RMR.

Outros órgãos da administração estadual também participam desse programa, a exemplo da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e a Cehab. Desse modo, desde a segunda metade da década de 1990, a Secretaria de Planejamento do governo estadual concebeu o Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica das Bacias dos Rios Beberibe, Capibaribe, Jaboatão e Ipojuca (PERNAMBUCO, 1997) e, nesse contexto, surgiu a preocupação com a degradação ambiental nas nascentes da bacia do Beberibe em Aldeia, onde está instalada a APA Aldeia-Beberibe.

Um dos problemas visualizados nessa APA é que na área de nascentes do rio Beberibe havia (e ainda há) sérios problemas relacionados com a expansão urbana, a qual comprometia cada vez mais a conservação das condições naturais para a sobrevivência dessas nascentes. No estudo do Prometrópole, identificaram-se três comunidades pobres situadas nessa área: comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e o Piin, que pode ser reconhecida também como Luzanópolis. Como alternativa, foi apontada a necessidade de remoção dessas comunidades para outra localização, onde não comprometessem as nascentes do rio Beberibe.

Porém, um elemento muito contraditório nesse contexto é que, estranhamente, os empreendimentos imobiliários do tipo condomínios de alto padrão, que também estão situados nessa área de nascentes, não foram alvo de nenhuma ação do poder público. Uma situação bastante ilustrativa dessa contradição envolvendo o atual Condomínio Sete Casuarinas, onde está a nascente do rio Beberibe. Não houve nenhuma proposição para evitar que esse empreendimento continuasse a ocupar a área da nascente. Uma primeira crítica a se fazer é que apenas os pobres foram considerados como causadores de danos ao meio ambiente, pois nada foi feito quanto aos condomínios de luxo instalados nessas áreas, já para os pobres, decidiram pela remoção.

Considerando a decisão pela remoção, outro ponto que constitui importante objeto desta pesquisa foi justamente procurar esclarecer como foi a interlocução, ou seja, o diálogo entre o poder público e os moradores das três comunidades. Que tipo de metodologia foi utilizado para convencer os moradores sobre a necessidade de que teriam de sair de sua comunidade para outra área, onde seria construído um conjunto residencial. Além disso, a

pesquisa procurou investigar como foi levada em conta – ou se realmente foi – a forma de sobrevivência das famílias, cuja fonte de renda dependia de algum pequeno comércio ou prestação de serviço na própria comunidade e, dessa forma, evitar desestruturar o meio de vida daquelas pessoas.

Se o discurso que legitimava o argumento da remoção das três comunidades da área de nascentes do rio Beberibe era de preservar o meio ambiente, partindo da concepção ampla de que o bem-estar das pessoas deve ser visto como parte do meio ambiente saudável, outro ponto que compôs o problema desta pesquisa procurou averiguar se, na transferência das populações para a nova área, ou seja, o Conjunto Habitacional Novo Redentor, foram asseguradas aos moradores condições dignas de moradia, lazer e serviços públicos eficientes na área: educação básica, saúde, segurança, transporte coletivo, saneamento básico, dentre outros itens essenciais para uma boa qualidade de vida.

Em face desses pontos críticos levantados e como parte da situação estudada que compõe a problemática desta pesquisa, elaboramos a questão-problema, que funciona como a pergunta central a ser respondida pelo desenvolvimento da pesquisa, a saber: *Em que medida o processo de remoção das comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e Piin têm assegurado condições dignas de moradia e de vida a seus moradores?* Como dito, esta pergunta norteia todos os passos da pesquisa e, por isso, está diretamente articulada com o seu objetivo geral.

Tendo por base tal questionamento, foram concebidos os objetivos da pesquisa. Assim, o objetivo geral consiste em analisar as condições da vida urbana no Conjunto Habitacional Novo Redentor, bem como as contradições e obstáculos referentes ao processo de remoção de populações para esse conjunto das comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e o Piin. Como desdobramento do objetivo geral, foram elaborados os objetivos específicos:

- a) Contextualizar as ações do poder público adotadas na região de Aldeia sob o argumento de preservar as nascentes do rio Beberibe na área da APA Aldeia-Beberibe.
- b) Analisar a interlocução do poder público com as comunidades com vista à remoção de populações para o Conjunto Habitacional Novo Redentor.

- c) Analisar as condições efetivas de vida dos moradores do referido conjunto residencial em face do que foi previsto em termos de infraestrutura e serviços urbanos, bem como a situação atual das “antigas” três comunidades removidas.

Quanto à metodologia do trabalho, foram adotados alguns procedimentos importantes, conforme são apresentados nos parágrafos a seguir. Frisamos que a pesquisa teve um eixo com visitas prévias de caráter exploratório. Essa fase exploratória realizou-se no conjunto residencial para termos uma primeira ideia acerca da realidade do lugar, as características urbanas, os problemas e os desafios enfrentados por sua população. Para se entender mais sobre pesquisa exploratória, Gonsalves (2003, p. 65) diz que “é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento das ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. Ainda segundo a autora, essa pesquisa também pode ser chamada de pesquisa de base, pelo simples fato de oferecer dados de muita importância para a realização de outros estudos mais aprofundados.

Assim, inicialmente, foi delimitada a área da pesquisa, já que o objeto de estudo contribui para um trabalho de grande relevância. Desse modo, selecionamos a parte da região de Aldeia correspondente ao território do município de Camaragibe, RPA-5, no bairro de Vera Cruz, precisamente o Conjunto Habitacional Novo Redentor, construído para abrigar a população de três comunidades pobres que viviam em áreas de ocupação irregular nas nascentes do rio Beberibe. Esse projeto de revitalização da bacia do rio Beberibe contou com recursos do governo federal em parceria com as prefeituras de Recife, Olinda e Camaragibe, durante a primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Para buscar dar conta de captar as contradições socioespaciais referentes ao processo de remoção das comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e Piin, cujas populações foram removidas para o conjunto residencial, objeto de análise desta pesquisa, ou seja, o Conjunto Habitacional Novo Redentor, foram feitas visitas a campo para reconhecimento de cada uma dessas áreas. Menga Ludke e Marli André (1986, p. 32, grifo das autoras) ensinam: “Há formas muito variadas de registrar as observações. Alguns farão apenas anotações escritas, outros combinarão as anotações com o material transcrito de gravações. Outros ainda registrarão os eventos através de filmes, fotografias, *slides* ou outros equipamentos.”

Desse modo, as idas a campo possibilitaram fazer os devidos registros fotográficos, estabelecer os primeiros contatos com moradores e identificar líderes comunitários, além de observar de forma mais direta as condições de vida das populações em relação a infraestrutura e serviços urbanos. Feito esse primeiro reconhecimento, partiu-se para a redefinição do recorte do objeto de estudo e o conseqüente aprimoramento do levantamento bibliográfico.

Quanto ao levantamento bibliográfico, em particular, demos prioridade às obras que tratam mais especificamente dos seguintes temas: segregação socioespacial, periurbanização, produção do espaço urbano: o papel do Estado e os grupos excluídos. Isso se justifica pela natureza do objeto de estudo, pois são esses os assuntos mais presentes neste trabalho; por isso, há a necessidade de uma revisão da literatura sobre tais aspectos teóricos. Realizada tal etapa da pesquisa, foi possível construir a fundamentação teórica do trabalho, que serve para ajudar a compreender a realidade de forma mais sistemática e científica, seguindo em particular a ótica da ciência geográfica.

Para a obtenção de dados secundários, realizamos pesquisas em *sites* de órgãos públicos, como a Prefeitura de Camaragibe, a Cehab, a Secretaria das Cidades (Secid) de Pernambuco além de outras entidades. Assim, com o acesso aos documentos, foi possível extrair algumas conclusões fundamentais para compreender certos aspectos ou fases da implantação do conjunto residencial em análise. Um exemplo disso é o documento chamado Carta recebida pelos moradores para terem o direito a habitar no conjunto. Alguns deles disponibilizaram tal documento para que fosse possível obter informações para esta pesquisa, por exemplo, a planta das casas.

Outra etapa da metodologia compreendeu o uso de imagens do Google Earth para identificação das transformações socioespaciais ocorridas ao longo do tempo na área de implantação do Conjunto Habitacional Novo Redentor, assim como na área ocupada pelas três comunidades onde viviam as populações removidas para esse conjunto. Dessa forma, foi feito o mapeamento das áreas em três tempos: 2006, 2010 e 2016. A escolha desses três anos justifica-se pela disponibilidade de imagens por parte do Google Earth, bem como pelo fato de corresponder ao período antes, durante e depois da implantação do conjunto residencial, uma vez que esse conjunto teve sua instalação iniciada em 2010.

Assim, com a análise das imagens aéreas das áreas das três comunidades – Córrego do Sapo, Rio das Pacas e Comunidade do Piin – de onde saiu a população que hoje habita o Novo Redentor, foi possível verificar até que ponto realmente todos foram removidos e como

estão essas áreas hoje em dia, ao menos do ponto de vista da sua visualização do alto. Tal procedimento mostrou-se muito interessante para acompanhar pelo menos em parte a dinâmica do processo de ocupação do solo nas três comunidades e na área do conjunto estudado.

Esta pesquisa também recorreu à aplicação de questionário por considerar que tal instrumento seria essencial para o levantamento de dados mais gerais quanto à percepção dos moradores sobre os serviços e a infraestrutura urbana na área do Conjunto Habitacional Novo Redentor. Mesmo considerando a dificuldade inicial de contato com os moradores, esse obstáculo precisava ser vencido para que a pesquisa avançasse na consecução de dados. As oportunidades essenciais em contato com moradores do conjunto configuraram-se nos atores principais desta pesquisa. Dessa forma, foi definido como alvo para a aplicação dos formulários o chefe de família de cada apartamento, e boa parte desses chefes de família era constituída de mulheres. Por isso, foi mais explicável escolher tais responsáveis, melhor do que qualquer outro membro da família; em tese, está mais por dentro das necessidades e vivência mais de perto os problemas do seu conjunto residencial e do bairro.

De um total de 400 unidades domiciliares (apartamentos), aplicou-se o questionário (APÊNDICE A) ao chefe de família em 247 apartamentos, o que corresponde a 62% dos apartamentos. A aplicação do referido instrumento foi durante os meses de abril e maio de 2018. Trata-se, portanto, de uma amostra bastante elevada, o que assegura em termos estatísticos um alto grau de confiabilidade à pesquisa. Salientamos que, para evitar que a amostra ficasse viciada, tivemos o cuidado de aplicar o questionário em aproximadamente um terço dos apartamentos de cada bloco do conjunto residencial, além de procurar sempre aplicar o formulário em todas as unidades habitacionais de todos os pavimentos de cada bloco. Só em poucos casos, não foi possível cumprir esse critério, ou seja, quando o morador não estava em casa ou ele se recusou a atender ao pesquisador.

Outro importante procedimento metodológico adotado foi a entrevista. Nesta pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada. Gil (2008) define entrevista como uma técnica em que o entrevistador se apresenta diante do entrevistado para lhe fazer perguntas, com o intuito de obter dados que possam contribuir para a resolução do problema. Segundo Haguette (2010, p. 83), “a entrevista semiestruturada, aplica-se a partir de um pequeno número de perguntas básicas”, e na aplicação de entrevista, pode-se, de fato, encontrar diversas situações, por exemplo, uma situação de nervosismo e ansiedade do entrevistado, e deixar claro:

[...] que essa caracterização retrata bem a situações de pesquisas junto à classe trabalhadora ou comunidade de bairro. Por outro lado, há exemplo de indivíduos que se sentem orgulhosos e vaidosos em prestarem seus depoimentos, não só nas classes baixas como altas, conforme constatamos em entrevistas de história oral com lideranças políticas. (HAGUETTE, 2010, p. 85).

Realizamos dez entrevistas com pessoas consideradas estratégicas do ponto de vista da pesquisa, ou seja, líderes comunitários e alguns moradores que vivenciaram desde o início toda a luta do processo de remoção dos moradores das três comunidades e ainda hoje reivindicam melhorias para seu lugar de moradia. O período da aplicação das entrevistas coincidiu com o dos questionários, uma vez que o maior contato com a população permitiu que o pesquisador adquirisse maior confiança; os líderes comunitários e moradores mais antigos, à medida que iam sendo identificados, não ofereciam grande resistência em contribuir com a pesquisa. Os dados obtidos nas entrevistas são essencialmente de natureza qualitativa e quando confrontados com os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, permitiu extrair importantes conclusões sobre as precárias condições de vida no conjunto e nas três comunidades pobres.

Salientamos que foi dada preferência para as entrevistas aos chefes de família que estavam desde o início da implantação do conjunto e àqueles com mais experiência em termos de idade, ou seja, no mínimo 40 anos. O roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice B.

Também visitamos as antigas áreas onde viviam os moradores deslocados para o conjunto habitacional. Essa visita nos possibilitou reconhecer que ainda há famílias morando nessas áreas, inclusive também em condições precárias. Dessa forma, seja no Novo Redentor, seja nas antigas áreas de onde sua população adveio, constatamos uma alarmante situação de pobreza que em nada combina com a Aldeia que é anunciada na mídia como o recanto dos ricos que moram em luxuosos condomínios fechados ou em chácaras. A Aldeia do Novo Redentor e das três comunidades, de fato, constitui outra realidade social, tal como será analisado mais adiante. Essas visitas permitiram registrar imagens e encontrar personagens que contam parte da história do lugar.

Por fim, os dados foram coletados, agrupados e tabulados utilizando o programa Windows Excel. De posse desses dados, estruturamos uma análise quantitativa das informações obtidas, para posteriormente serem analisados e confrontados com a base teórica estudada. Após a conclusão dessas etapas, apresentamos a conclusão do trabalho, para

corroborar os objetivos propostos. Expostos cada um dos passos da metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa, apresentamos nesta seção introdutória, a estrutura do trabalho.

Na seção 2, fazemos uma discussão que constitui o referencial teórico-metodológico da pesquisa. Nesse caso, abordamos em um primeiro momento o tema produção do espaço urbano, dando particular ênfase ao papel do Estado e dos agentes sociais excluídos. Tal discussão se apoia em Ana Carlos (2017) e Corrêa (1995). Na seção 3, fazemos uma contextualização de Aldeia no âmbito da RMR e mostramos ao leitor a importância de se ver esse território não só pelo olhar dominante, que é a Aldeia do verde e dos condomínios de luxo rotineiramente mencionada em noticiários, mas também a outra Aldeia, que é a constituída pela área de estudo desta pesquisa, com inúmeras contradições socioespaciais, também com diversos problemas socioambientais.

A seção 4 avança para o estudo empírico da pesquisa e analisa os antecedentes da implantação do Conjunto Habitacional Novo Redentor, trazendo à tona as características do conjunto, desde o que estava previsto originalmente no projeto, até o que foi executado e o não executado. Esta seção se subdivide em dois momentos: assim, na subseção 4.1, apontamos os desdobramentos de algumas importantes políticas públicas para a implantação do conjunto como forma de amenizar os impactos ambientais negativos na nascente do rio Beberibe em Aldeia, e na subseção 4.2, analisamos a implantação do conjunto residencial, fazendo uma análise detalhada sobre as contradições socioespaciais nesse lugar.

Na seção 5, fazemos uma “radiografia” do quadro socioespacial da área estudada, apresentando a precariedade urbana no Conjunto Habitacional Novo Redentor, tendo por base o chão da pesquisa gerado por meio dos dados obtidos em campo. Para se compreender o outro lado da moeda e, ao mesmo tempo, procurar mostrar como ficaram ou ainda como estão as comunidades que em tese foram removidas, a pesquisa faz um rápido mergulho nessas áreas e aponta fortes contradições da situação geradora do discurso oficial justificador da remoção das famílias. No fim, entre uma e outra, parece haver outras tantas Aldeias a serem ainda desbravadas, mas isso fica para depois.

2 SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O PAPEL DO ESTADO E DOS AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS

Neste trabalho acadêmico, foram eleitos Carlos (2017), Corrêa (1995), Rodrigues (2016) e outros autores como bases principais para discutir um pouco sobre a produção do espaço urbano. Segundo Carlos (2017), o tempo está ligado às funções do desenvolvimento da técnica que requer a construção de espaços. O espaço para a autora surge como condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática que é socioespacial. Os espaços estão ligados por meio da estrutura social, dos processos e das funções urbanas. Podem ser avaliados pela percepção de um determinado grupo, ou seja, dos agentes formadores desse espaço.

No entendimento de Rodrigues (2016, p. 231): “O espaço urbano é um produto social intencional e complexo.” Ele adota o termo intencional porque não é produzido de modo aleatório, mas sim com propósitos múltiplos, pelos múltiplos agentes que o produzem ou que o fazem; e complexo porque esses agentes (e propósitos) múltiplos ora corroboram, ora entram em conflito, fazendo assim o espaço urbano refletir esse jogo de forças diversas dos autores que constroem e reconstroem as cidades.

Há uma lógica que tende a se impor enquanto ‘ordem estabelecida’ que define o modo como a cidade vai se reproduzindo a partir da reprodução que se realiza pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, as vezes de modo conflitante, em outros momentos de forma convergente. (CARLOS, 2017, p. 12).

Conforme a citação acima, o espaço urbano é declarado complexo, por ser de diversas relações, dinâmicas, processos e agentes, que ora desenvolvem de modo harmonioso, ora em meio a conflitos como vimos em Rodrigues (2016). Na concepção de Santos (1978), o espaço urbano deve ser considerado como produto da sociedade, tendo o homem papel de destaque na condição de norteador desse processo. Isso não significa desconsiderar o papel do espaço como condicionante e enxergá-lo apenas como reflexo social, mas sim considerar os processos históricos nas suas relações.

Já Corrêa (1995, p. 11), define o espaço urbano como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”, constituído por diversos usos e modo da terra, sendo a desigualdade uma característica desse processo. Os

diferentes usos se refletem em formas espaciais, que existem em detrimento das atividades que estão vinculadas aos interesses distintos da sociedade. Desse modo, as formas espaciais são socialmente produzidas por agentes sociais.

Esses agentes sociais reproduzem cada vez mais em função das estratégias sobre o espaço. Segundo Carlos (2017), os agentes imobiliários acabam por influenciar nas condições e nas possibilidades de uso do espaço, isto é, cada vez mais, os espaços urbanos são transformados em mercadoria, destinados à troca, que significa a apropriação. A citação a seguir se projeta essa discussão:

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflito entre indivíduos e usos, pois o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada: deste modo a cidade enquanto trabalho social materializado é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão. Na sociedade capitalista o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabeleceram nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. (CARLOS, 2017, p. 33).

Esses segmentos da sociedade, que se forma diferenciada, acabam refletindo no que Corrêa (1995) afirma no caso dos agentes que são produtores do espaço urbano e, ainda, dos processos e das formas espaciais das cidades. Assim, conforme o autor, a cidade “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos e não aleatórios e etéreos atuando de modo abstrato” (CORRÊA, 1995, p. 11).

Assim, o autor categoriza cinco grandes agentes modeladores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Utilizaremos neste trabalho a classificação desse autor, destacando do interesse deste trabalho o papel do Estado e os grupos sociais excluídos.

Por essa definição de Corrêa (1995), o espaço urbano pode ser abordado e analisado de várias formas e por diferentes usos da terra. Podem ser definidos como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas. O espaço acaba, portanto, também fragmentado e articulado, repleto de símbolos e é um campo de lutas. Desse modo, a sociedade aparece em suas dimensões materializada nas formas espaciais.

2.1 Os vários papéis assumidos pelo Estado como agente produtor do espaço urbano

Segundo Corrêa (1995), o Estado é o agente que organiza espacialmente a cidade, de forma complexa e variável, tanto no tempo como no espaço, com instrumentos legais que contribuem com a sua atuação. O Estado desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Um ponto importante da classificação de Corrêa pela qual estamos sendo norteados é que o Estado atua diretamente como grande industrial, como consumidor de espaço e de localizações específicas, como proprietários fundiários e até mesmo como promotores imobiliários, sem sequer deixar de ser também um agente de regulamentação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos.

O Estado, conforme Carlos (2017), disponibiliza estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço. Então, o espaço revela-se para a autora como instrumento político intencionalmente organizado e manipulado pelo Estado. Ela observa que o espaço configura-se ao mesmo tempo um meio e poder nas mãos de uma classe dominante que se diz representante da sociedade, mas sem renunciar aos próprios objetivos.

Sendo assim, observamos que a terra pública não passa, muitas vezes, de apenas uma reserva fundiária que o Estado dispõe para o uso diverso no futuro, também para futuras negociações com outros agentes sociais. Segundo Corrêa (1995), por meio de órgão como a Companhia de Habitação Popular (Cohab), o Estado torna-se, ou se transforma no espaço, o próprio promotor imobiliário. Neste caso podemos ver em Pernambuco a atuação da Cehab ao implementar o Conjunto Habitacional Novo Redentor em Camaragibe, PE, como um típico caso de representante do Estado como agente produtor do espaço urbano, cujas funções podem variar desde a de um proprietário fundiário (caso ele seja o detentor da propriedade da terra onde a obra for edificada), de um incorporador (a função mais comum, pois em geral todo o planejamento e busca de financiamento do empreendimento fica sob sua responsabilidade), além de outros papéis que os promotores imobiliários exercem e o Estado, eventualmente, também exerce.

O Estado capitalista exerce diversos papéis, simultaneamente, e nesse sentido pode desempenhar algumas funções que também são atribuições dos agentes privados. Assim, ele pode ser proprietário de terras, fazer o papel de incorporação e em certos casos até mesmo o processo de construção. Contudo, a função essencial do Estado acaba sendo de regular o uso e a produção do espaço urbano, condição essa que não deve ser delegada a entes privados, pois

é inerente à própria razão de existência do poder estatal. Segundo Corrêa (1995, p. 25), “a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa”.

Ainda conforme o autor, existe uma lista de possibilidades de ação do Estado a exemplo das seguintes: estabelecer o direito jurídico (leis, regras, normas, posturas), de produção e uso do espaço.

O Estado ainda pode regulamentar as condições do uso da terra para determinados grupos, inclusive para os agentes sociais excluídos, tais como os considerados nesta pesquisa. O autor também nos diz que o Estado ainda tem o poder de controlar e de intervir até nos preços envolvendo o produto (a terra). Nesse caso acaba fazendo o papel articulador e executor no que diz respeito ao uso do solo, impondo a limitação da apropriação para os agentes modeladores ou produtores do espaço urbano.

Conforme já citado, o outro papel exercido pelo Estado é o de ser flexível ao ser ao mesmo tempo promotor imobiliário, construtor, legislador e, às vezes, vendedor. Quando atua em função de um público que se configura como socioeconomicamente excluído, tal como propõe Corrêa (1995), percebemos que o Estado acaba investindo, e assume vários desses papéis, tendo em vista que muitas vezes a habitação qualificada como de interesse social é cedida pelo poder público a famílias de baixa renda, ficando o custo financeiro do empreendimento para o poder público ou, em certos casos, até há financiamentos, porém com juros bem mais baixos do que os aplicados para outras faixas de renda.

Segundo Corrêa (1995, p. 25), esses múltiplos papéis a que o Estado se dispõe também se configuram na escala urbana, relações se estabelecem com agentes sociais, indústrias, bancos, também proprietários de terra. Nessas relações ocorrem mecanismos de negociação, aceitação e clientelismo. A seguir, podemos observar essa complexidade da ação do Estado:

Dada a complexidade da ação do Estado, envolvendo múltiplos papéis que tem pesos distintos no tempo e espaço, torna-se necessário que novos estudos sejam realizados tanto na esfera federal, estadual como municipal. Estas esferas ou escalas espaciais podem implicar em diferentes ações que, no entanto, não devem estar desconectadas. (CORRÊA, 1995, p. 25).

Vale argumentar que sua ação é passada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classe, bem como as alianças entre eles e, querendo ou não, tendem a privilegiar os interesses daqueles que ora estão no poder. Percebemos que, por meio da

implantação de serviços públicos como calçamento, coleta de lixo, parques, iluminação, os quais interessam às empresas e à população, o modo de atuação do Estado é mais coeso e esperado (CORRÊA, 1995).

Desse modo, a atuação do Estado faz criar condições e/ou meios que viabilizam o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações, como se pode, de fato, mais uma vez incorporar na região de Aldeia. Sendo assim, muitos dos problemas vivenciados em Aldeia tanto envolvem a atuação dos agentes capitalistas privados produtores do espaço urbano quanto o próprio Estado capitalista, sem falar dos próprios agentes sociais excluídos, tal como assim os nomeia Corrêa (1995). Isso significa dizer que o processo de produção do espaço é um fenômeno essencialmente contraditório, sobretudo em uma sociedade situada na periferia do capitalismo, como o Brasil, e mais no caso de Aldeia, situada na periferia do capitalismo brasileiro.

2.2 Sobre a segregação socioespacial

Observamos que as ditas classes privilegiadas conduzem o processo de expansão urbana da cidade. O Estado, por seu turno, é seu grande aliado. Nele podemos observar que “a segregação aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social” (CORRÊA, 1995, p. 27). Refletindo sobre as palavras do autor, percebemos que a segregação pode até ser um meio pelo qual as classes privilegiadas se perpetuam e mantêm seus privilégios.

Segundo Torres (2004 apud SCHMIDT, 2016, p. 33), segregação é um conceito espacial por definição e um “fenômeno relacional por excelência”, envolve oposições hierárquicas entre camadas da população. Particularmente nesse caso: “A segregação seria um processo em que ocorre uma organização espacial baseada no surgimento de áreas homogêneas em seu conteúdo interno [...]” (VASCONCELOS FILHO, 2003, p. 107).

Os grupos de *status* social elevado criam condições para o surgimento de novas áreas valorizadas na cidade, no bairro, inclusive na região estudada. Há também os casos de substituição de um grupo social por outro. Há momentos em que uma determinada área abriga um grupo de baixo *status* social e, em outro momento, essa mesma área passa a ser habitada por um grupo social de poder aquisitivo mais elevado. Há também o movimento contrário, o que evidencia a dinâmica espacial da segregação.

Poderíamos afirmar que todo espaço urbano guarda em seu interior os processos de segregação, que, segundo Vasconcelos Filho (2003), se apresentam de forma diferenciada, uma vez que cada sociedade, à sua maneira e de acordo com o sistema produtivo, reproduz-se diferencialmente, ou seja, cada espaço urbano tem singularidades que devem ser consideradas.

Ao que parece, os processos de segregação, nos remetem a questões oportunamente criadas nas relações socioespaciais e que também passam a caracterizar na origem o que se entende por espaço urbano. Estamos nos referindo aos processos de desigualdade e exclusão. Estes compõem igualmente o conteúdo do espaço urbano e são, todavia, reproduzidos constantemente. Desse modo, a palavra segregação é entendida como ato ou ação de por à margem, marginalizar ou ainda afastar-se de algo. (VASCONCELOS FILHO, 2003, p. 107).

Como se pode observar, os dois conceitos são muito parecidos, guardando estreitas relações. O processo de segregação surge, segundo Corrêa (1995), como parte constituinte dos processos espaciais. Ao falar de segregação, o autor remete especificamente à questão residencial, que estaria correlacionada com a reprodução da força de trabalho.

As classes sociais expressam-se de várias formas, e uma delas é a segregação residencial. Foi com o atual sistema econômico que essas classes foram estruturadas tendo como princípio a divisão do capital. Sendo assim, a sua atuação, gera fragmentações na estrutura social, evidenciado na localização residencial e no valor pago pela moradia. Segundo Corrêa (1995, p. 61), “as áreas sociais resultam das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontraram para resolver o problema de como e onde morar”.

Eder Lira entende que:

Os agentes produtores da segregação, o Estado e a classe dominante, fornecem a base para a constituição dessas áreas. Assim podemos entender que a segregação residencial é um resultado da reprodução social sendo não só um espaço diferenciador, mas também uma forma de controle e de reprodução social. (LIRA, 2012, p. 8).

Podemos concluir nesta parte do autor trabalhado que a segregação gera então espaços habitados por grupos de alto poder aquisitivo. Ela também é responsável pela proliferação próxima ao centro de habitações com população de baixo poder aquisitivo, sendo área de atrativo de mão de obra vinda de outras localidades, como podemos dizer no bairro estudado.

Vale frisar, também, que o processo de segregação socioespacial pode ocorrer de duas formas, levando em conta as condições de vida. Populações de alto poder aquisitivo que decidem morar em condomínios exclusivos como forma de fugir dos problemas urbanos comuns ao restante da cidade praticam o que Souza (2003) chama de autossegregação. Esse tipo de segregação é autoimposta e ocorre simplesmente porque as pessoas decidem viver em espaços de convivência entre comuns. Esse tipo de segregação está diretamente relacionado com a vida nos luxuosos condomínios fechados de Aldeia, os quais, de tão comuns, vendem a ideia de que nessa região toda a realidade seria apenas formada pelo nível de renda elevado.

O outro tipo de segregação destacado por Souza (2003), que tem relação direta com a realidade aqui pesquisada referente ao Conjunto Habitacional Novo Redentor, é a segregação induzida. Ela é caracterizada pelo relativo abandono que as populações pobres vivem, seja em relação às políticas públicas, seja do ponto de vista da sociedade de forma geral. Muitas vezes a visão que se tem das comunidades pobres é a da violência e da carência de condições básicas, o que pouco desperta o interesse de grande parte da sociedade por esses espaços. A indução da segregação, nesse caso, relaciona-se com as precárias condições de vida. As pessoas vivem segregadas em determinados espaços, como os aqui analisados, não simplesmente porque querem morar em condições de precariedade e de relativo abandono, mas sim porque suas condições de vida não lhes permitem melhores opções.

É válido mencionarmos também que, com base na realidade analisada em Aldeia, particularmente no que se refere à população do Conjunto Habitacional Novo Redentor, a segregação está mais ligada ao processo que é gerado de forma induzida pelas precárias condições sociais e econômicas a que as pessoas estão submetidas e, longe de se comparar com a autossegregação dos ricos que decidem morar em condomínios exclusivos, a segregação dos pobres é caracterizada pela carência e pela precariedade urbana em vários aspectos. Por fim, não podemos perder de vista que tais contradições são originadas no contexto da produção e reprodução capitalista do espaço urbano, logo, seja a autossegregação dos ricos, seja a segregação induzida dos pobres, acabam sendo duas faces de uma mesma moeda: o modo capitalista de produção.

2.3 O papel dos agentes sociais excluídos como produtores do espaço urbano

Nesta parte vamos discorrer sobre a forma de os grupos sociais menos favorecidos produzir e reproduzir o processo de segregação socioespacial na cidade. Esses grupos, mesmo sem o poder de influenciar o Estado e tampouco controlar importantes atividades econômicas, também, à sua maneira, contribuem para a produção do espaço urbano.

Se, por um lado, há os investidores, incorporadores imobiliários e construtores, por outro, existem os grupos que não conseguem habitar em nenhuma das opções relacionadas, como vimos, com o mercado imobiliário. O que resta é optarem pelo lado informal, que muitas vezes, sob condições totalmente precarizadas, restando apenas a sua moradia da maneira que as condições permitem, os famosos “puxadinhos”.

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme [sic!] da população não tem o acesso, quer dizer, não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado. (CORRÊA, 1995, p. 29).

Vivendo à margem do mercado formal, sobram aos ditos agentes sociais excluídos, fragmentos do território da cidade que, muitas vezes, não podem ser ocupados pelo mercado imobiliário formal devido a impedimentos legais ou a condições impróprias, como terrenos em fundo de vales, em encostas muito íngremes ou ainda em áreas pantanosas. Não é por acaso que surge a produção espontânea do espaço urbano, onde a lógica que vigora nem sempre é o mercado imobiliário formal, mas nem por isso deixa de ser parte da cidade e ao longo do tempo, em muitos casos, passar a receber algumas benfeitorias do poder público, como escolas, creches, postos de saúde, calçamento de algumas vias, etc., mesmo que isso não seja a regra para todos esses tipos de assentamentos precários.

Na questão da produção das comunidades que se situam em área desfavorecida, como o autor traz, os excluídos, comportam-se como verdadeiros agentes modeladores, constroem o seu espaço em terrenos invadidos, públicos ou privados, quase sempre independentes e a despeito dos outros agentes. Entretanto:

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobreviver. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1995, p. 30).

Percebemos, na citação do autor, que há resistência. Nem sempre esses processos de ocupação ocorrem de forma pacífica e tampouco contam com o apoio da opinião pública e dos meios de comunicação de massa. Embora seja grave a crise habitacional e grande parte das famílias que habitam as grandes cidades brasileiras não dispõe de condições de financiar a casa própria, muitos grupos que se organizam na luta pelo direito à moradia, ainda que em condições muitas vezes subumanas, são criminalizadas. É nesse sentido que consideramos que tal processo de produção do espaço urbano também representa uma forma de resistência.

3 ALDEIA COMO ESPAÇO PERIURBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Nesta seção, tivemos a tarefa de descrever a grande região de Aldeia como espaço periurbano da RMR. Ao nos referirmos a essa área, podemos pensá-la em múltiplas escalas, sendo elas: como bairro de Camaragibe, como região conforme a Agenda 21, ou como unidade regional municipal representada pela RPA-5 do município de Camaragibe (CAMARAGIBE, 2007). Foi escolhida, portanto, a última escala para o desenvolvimento deste trabalho.

Conforme o que foi contextualizado sobre a área investigada, percebemos que se localiza no município de Camaragibe. Historicamente, Camaragibe é um município da RMR relativamente recente, com 35 anos. Em 1982, foi emancipado, ocasionando um desmembramento do município de São Lourenço da Mata, por meio da Lei Estadual n.º 8.951 de 14 de maio de 1982 (PERNAMBUCO, 1982). A partir de então, todo o território do município de Camaragibe é considerado urbano, conforme a Lei Municipal n.º 32/97, de 31 de dezembro de 1997, Lei de Uso e Ocupação do Solo de Camaragibe (CAMARAGIBE, 1997). O fator condicionante desse espaço dar-se-á de acordo com essa lei.

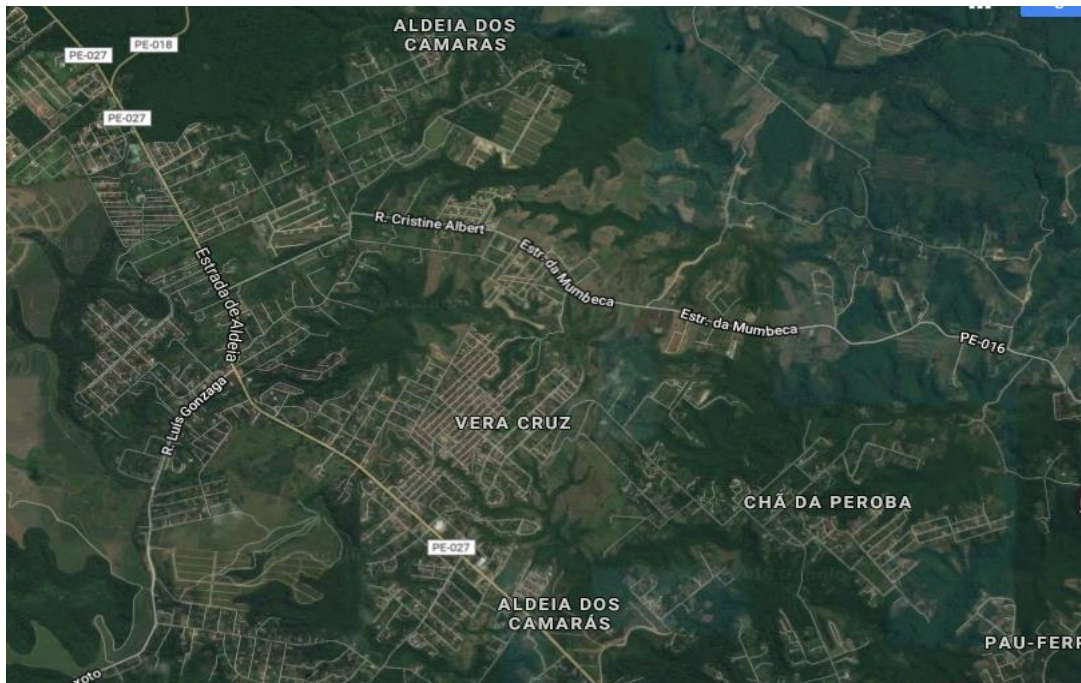
Aldeia está em uma Área Especial (AE), conhecida como uma Zona Especial de Preservação Ambiental (Zepa). Está protegida pela Lei Estadual n.º 9.860, de 12 de agosto de 1986, Lei Estadual de Proteção de Mananciais. Por ser uma área protegida, tem várias restrições com relação à exploração (dos bens naturais) e construção (para fins residenciais e comerciais); por exemplo, não pode ter mais de dois andares construídos nessa região. Por lei não pode, mas na prática, encontram-se essas construções nessa área.

Segundo documento oficial da Prefeitura, a extensão atual de Aldeia é de 31,9 km², representando 59,17% do município onde está inserida. O município de Camaragibe está situado a 16 km da cidade do Recife e integra-se aos outros municípios por meio dos seus principais eixos viários: a PE-05, Avenida Dr. Belmino Correia, e a PE-27, Estrada de Aldeia.

A região de Aldeia é um dos pontos elevados de Camaragibe, por se localizar em um tabuleiro costeiro de culminância sedimentar, atraindo moradores para essa região (Figura 1). Apresenta clima agradável e é coberta de verde; o local abriga diversos clubes de campo, que alugam para diversas atividades, por exemplo: SPA, restaurantes acolhedores e hotéis campestres. Principalmente nos fins de semana, é grande o movimento de carros subindo pela

PE-027 chamada de Estrada de Aldeia (Fotografia 1), com passageiros dispostos a desfrutar a tranquilidade.

Figura 1 – A grande região de Aldeia: distribuição da população do bairro de Vera Cruz



Fonte: Google/Maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-7.9504576,-35.028898,6249m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 17 maio 2018.

Nota: Aldeia registrada na altura do km 8 até 14,5 da Estrada de Aldeia. No centro da imagem, nota-se a malha urbana do bairro de Vera Cruz, onde se localiza o Conjunto Habitacional Novo Redentor.

Fotografia 1 – Trecho da Estrada de Aldeia especialmente nas imediações do km 13



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Há importância de se recortar ao máximo para descrever essa região, que tem várias atribuições de como pode ser investigada. A parte da área investigada localiza-se no município de Camaragibe, que se subdivide em 5 RPA, conforme a Lei Complementar n.º 341, de 13 de julho de 2007: “Art. 7.º – Em suporte ao planejamento e à gestão local, o Município de Camaragibe adota a divisão político-administrativa do seu território definida neste capítulo, compreendendo as 05 (cinco) Regiões Político-Administrativas – RPAs, sendo seus limites descritos na Lei Municipal n.º 299/06.” (CAMARAGIBE, 2007).

Segundo a Lei Municipal n.º 299/06, essa divisão constitui uma proposta de ação do governo municipal a fim de distribuir as funções administrativas e de planejamento específicos (CAMARAGIBE, 2006). No Quadro 1, mostra-se, com base no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 (CAMARAGIBE, 2017), os 29 bairros oficiais distribuídos nas 5 RPA, onde identificamos o bairro de Vera Cruz inserido na RPA-5.

Quadro 1 – Total de 29 bairros oficiais de Camaragibe distribuídos nas 5 RPA

RPA-1	RPA-2	RPA-3	RPA-4	RPA-5
Aldeia de Baixo	Estação Nova	Nazaré	Tabatinga	Borrinho
Alto Santo	João Paulo II	São Pedro		Oitenta
Antônio				
Alto da Boa	Alberto Maia	Vale das Pedreiras		Vera Cruz
Vista				
Areeiro	Santana	Jardim Primavera		Aldeia dos
				Camarás
Bairro Novo do				
Carmelo	Santa Mônica	Vila da Inabi		
Bairro dos				
Estados	São João			
Céu Azul	São Paulo			
Celeiro				
Santa Tereza				
São Paulo				
Viana				
Vila da Fábrica				

Fonte: Camaragibe (2006, art. 2.º).

Nosso objeto de estudo está na RPA-5, o bairro de Vera Cruz. De acordo com os dados apresentados pelo Censo de 2010, Vera Cruz é o quinto bairro mais habitado de todo o município, ficando atrás do bairro de Timbi, com 16.055 habitantes, depois Bairro Novo do Carmelo com 15.644 habitantes, bairro Tabatinga com 14.837 habitantes, Santa Mônica com

8.529 habitantes e Vera Cruz com 8.224 habitantes. Observamos que, pelo Censo 2010 do IBGE, o bairro de Vera Cruz é o mais populoso de Aldeia ou podemos dizer de toda a Região Político-Administrativa-5, apresentando uma taxa de crescimento populacional elevada (MAIORES..., 2013).

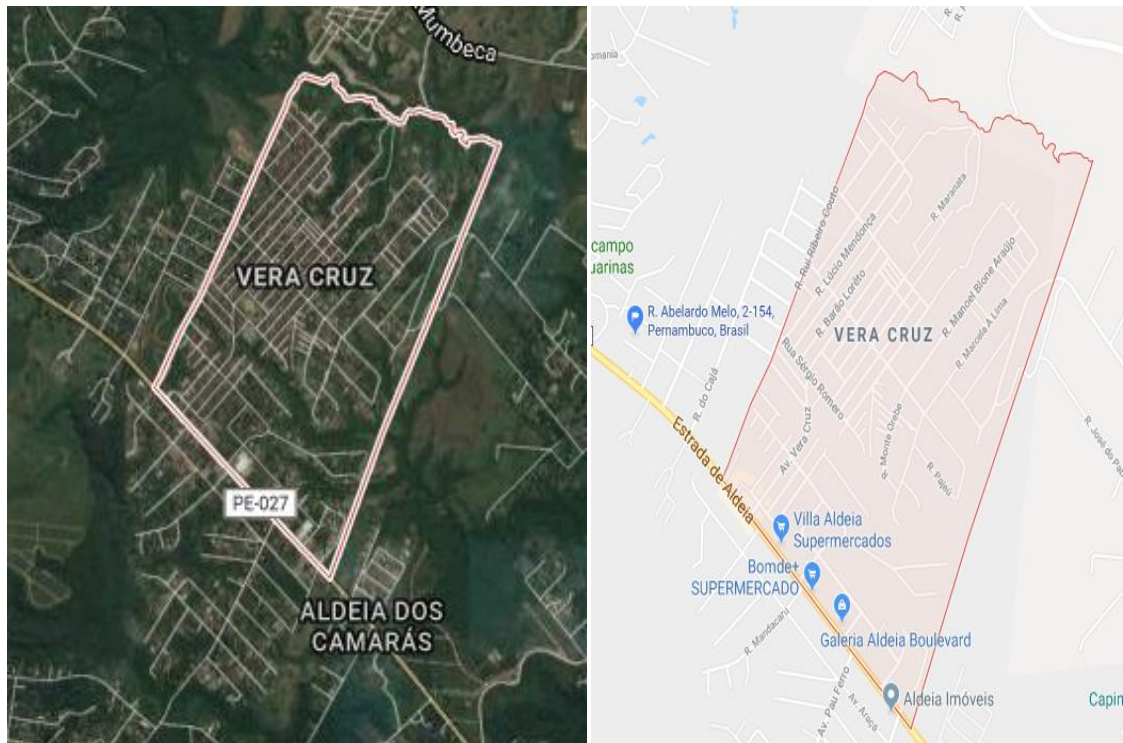
A crescente instalação de condomínios na região e a presença da classe média vêm requerendo cada vez mais trabalhadores (tanto homens quanto mulheres para exercer trabalho direto aos condomínios ou nas residências) que tem favorecido um processo de migração da mão-de-obra tanto de fora da RMR quanto de municípios da metrópole recifense. Parte dos trabalhadores acabou por fixar em residência em Aldeia provocando um crescimento da periferia pobre da localidade, principalmente da comunidade de Vera Cruz. (SILVA, 2012, p. 97).

A RPA-5 é composta por quatro bairros conforme o Quadro 1: Aldeia dos Camarás, Borralho, Oitenta e Vera Cruz. Andrade (2006) menciona uma crescente instalação de condomínios nessa região e a presença de moradores de elevado poder aquisitivo, o que vem requerendo cada vez mais trabalhadores para exercer trabalho direto nos condomínios ou nas residências, como afirma Silva que, no caso de:

Aldeia se apresenta como um novo espaço de atração de mão-de-obra e de geração de oportunidades de trabalho, principalmente pela presença da classe média local e dos empreendimentos imobiliários que ali se localizaram e vem se instalando ao longo dos últimos anos, dentre condomínios, equipamentos de lazer, comércio etc. (SILVA, 2012, p. 87).

Contudo, para o encaminhamento da pesquisa, tomamos por referência apenas o recorte espacial constituído pelo Conjunto Habitacional Novo Redentor, o qual está situado no bairro de Vera Cruz, pertencente à RPA-5 de Camaragibe. O bairro de Vera Cruz (Figura 2) está longe de apresentar a realidade socioeconômica dos condomínios exclusivos distribuídos por várias partes de Aldeia, mas, ao mesmo tempo, contém bem mais infraestrutura e serviços urbanos se comparado com a realidade precária do conjunto habitacional aqui estudado.

Figura 2 – Bairro de Vera Cruz, Camaragibe



Fonte: Google/Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Vera+Cruz,+Camaragibe+-+PE/@-7.9564255,-35.012194735,0071467>>. Acesso em: 17 maio 2018.

Observando a Figura 2, notamos os principais comércios na região especialmente escritórios de móveis, supermercados e galerias. Com base nos estudos de Andrade (2006), Miranda (2008) e Silva (2011; 2012; 2015), o território denominado Aldeia, que se estende por quatro municípios da RMR (Abreu e Lima, Camaragibe, São Lourenço e Paulista) e um não metropolitano (Paudalho), configura-se como um espaço periurbano, ou seja, que fica na zona de transição entre o rural e o urbano, ainda que, ao mesmo tempo, nos dias de hoje, seja cada vez mais difícil estabelecer tal separação em uma área tão urbanizada.

Segundo Silva (1997, p. 43), “está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano”. Desse modo, a região estudada, Aldeia, tem um grande potencial paisagístico natural. Em face disso, é um ponto positivo para os modeladores do espaço – conforme Corrêa (1995) ao falar sobre os agentes imobiliários, incluindo o Estado – vender o produto (a terra).

Por sua presença natural, acaba por se configurar na área de transição entre o rural e o urbano, e podemos ver que ambos estão meramente interligados. Como mencionamos na seção 1, nessa área, houve um aumento de vários tipos de estabelecimento para atender à localidade; mesmo assim, ainda não são suficientes os serviços que tem, para que atenda à

população local. As áreas periurbanas estão cada vez mais integradas, formando os Terminais Integrados (TI). Sendo assim, percebemos que essas conexões veem alguns serviços de características das áreas urbanas instalando-se nos espaços “rurais”. “Assim, a velha oposição *cidade-campo*, deixa de ter sentido do ponto de vista social e econômico.” (MIRANDA, 2008, p. 19, grifo da autora).

Verificamos que muitos dos autores estudados adotam terminologias diferentes e corroboram quanto a haver áreas das regiões metropolitanas que apresentam características periurbanas. Primeiramente, afirmamos que o espaço periurbano é um “termo mais utilizado pelos franceses” (VALE; GERARDI, 2006, p. 236).

Sendo assim, Silva (2012, p. 89) afirma: “Dentre as discussões encontradas na literatura brasileira destaca-se a preocupação de Spuza (2005) a respeito das diversas nomenclaturas assumidas pelos espaços periurbanos.” O termo tem várias denominações que são muito utilizadas nos trabalhos acadêmicos. Portanto, nesta pesquisa, tivemos a clareza em discorrer sobre a região periurbana.

Desse modo, observamos no discurso de Ana Andrade que o referido espaço periurbano observa-se como uma via de mão dupla, e de fato existe a relação de campo e cidade, e ambas são palavras constituídas de grande importância: “Para o escritor inglês Raymond Williams ‘rural’ e ‘urbano’ são palavras muito poderosas. [...] estas duas palavras sempre estiveram relacionadas historicamente, existindo uma forte ligação entre elas. Cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas.” (ANDRADE, 2006, p. 81-82).

Ressaltamos que cidade não é o ideal para ser classificado, e sim o urbano, porque cidade está ligada à forma, e não a conteúdo; mas pela lógica da autora, essas duas palavras sempre estiveram relacionadas historicamente. Para ela, o campo e a cidade, em seu sentido, relacionam-se por meio de uma lógica tradicionalmente ligada ao meio de produção capitalista.

Essa produção capitalista entendemos, de acordo com a visão da autora, desde a saída do indivíduo do campo para as áreas centrais à procura de emprego e demais atividades. Houve, então, algum momento da história que fez esse sentido novamente reconstruído (ANDRADE, 2006), levando o contingente dos centros urbanos a procurar as periferias, os subúrbios ou espaços periurbanos.

Pelo que já foi mencionado, observamos que o processo de crescimento e desenvolvimento das cidades está ligado aos avanços tecnológicos, e também à participação do processo de industrialização. Em consequência, acabaram, em definitivo, aumentando demograficamente. Desse modo, a migração tornou-se um fator crucial, o que concorreu para o crescimento das cidades, diferentemente do campo.

O campo transformou em uma resposta as oportunidades oferecidas em termos de emprego e padrões de vida. O ponto de partida ocorre por meio do desenvolvimento das cidades e com o crescimento dos problemas urbanos que logo se tornaram visíveis, pondo novos desafios aos representantes do povo e planejadores urbanos. Sendo assim, começaram a pensar, em cima de um discurso, na expansão da cidade, produzindo outros espaços destinados à classe média e seus empreendimentos.

Dessa maneira, a superlotação, “o inchaço” dos centros urbanos, causou o aumento na densidade demográfica nas áreas periféricas da região metropolitana. Nada mais é que um discurso para poder explicar a busca desenfreada por outros meios de vida. Segundo Silva (2015, p. 56), essa questão é chamada de “descentralização residencial”. Faz referência ao deslocamento das áreas centrais das cidades para as áreas não centrais (espaços periféricos, periurbano, rurbano, subúrbios e outras nomenclaturas que podemos afirmar).

Já no Brasil desde a segunda metade do século XX assiste-se a um processo de avanço em direção às bordas urbanas, sobretudo em função do processo de saturação das cidades e da emergência de novos paradigmas e valores que colocaram a proximidade com a natureza como elemento de atração. Além disso, o processo de descentralização residencial foi reforçado quando o progresso dos transportes chegou de forma mais efetiva ao conjunto da sociedade brasileira. (SILVA, 2015, p. 56).

A partir disso, o autor relata que a cidade passa a ser um mero produto de reprodução do próprio sistema atual dominante (o capitalismo); e passa, muitas vezes, a lançar seus meros “tentáculos” sobre os espaços periurbanos das metrópoles, provocando um processo de valorização do solo rural, que recebe investimentos e novas funções como já vimos.

Tais funções podem ser observadas, como no caso de Aldeia, por exemplo: imóveis que funcionam como primeira e como segunda residência. Nesse segundo caso, servindo particularmente para fins de recreação, lazer ou lugar de refúgio. Andrade (2006) lembra que a ocupação de Aldeia historicamente se inicia com a ocupação das glebas para fins agrícolas, seguido pelo granjismo, portanto reforçando seu papel de espaço privilegiado de segunda

residência para famílias de elevado poder aquisitivo do Recife, que via nesse fragmento verde uma espécie de refúgio nos fins de semana e feriados, como forma de fugir da rotina da cidade. Com o passar dos tempos, essa realidade mudou, e cada vez mais, Aldeia passa a abrigar a primeira residência, ainda que ainda hoje existam muitas segundas residências e equipamentos como clubes de campo, SPA, dentre outros.

Um dos fatores iniciais para o desenvolvimento dessa região foi a questão do granjismo, que tanto foi mencionado pelos autores Andrade (2006), Miranda (2008), Silva (2015) e outros que, igualmente, estudaram essa região. Identificamos claramente na fala de Andrade, por exemplo:

No caso de Aldeia, em Camaragibe, o número de granjas ocupadas para lazer é grande, bem como para primeira residência. No caso de residência principal, os agentes imobiliários têm investido em condomínios, tanto de primeira como de segunda residência, oferecendo lotes menores que variam de 0,5 a 3,0 ha, com uma infra-estrutura destinada ao lazer. Em sua maioria habitada por uma população de classe média e alta. (ANDRADE, 2006, p. 142).

Percebemos que Aldeia passou por um processo de transformação social e espacial, substituindo as atividades anteriores como granjismo por atividades mais de lazer, moradia, serviços, etc. Esses processos são características de espaços periurbano, tal como afirma Silva (2012):

Áreas que sofrem processos contínuos de transformação, recebendo novas formas de exploração do solo – em geral absorvendo atividades tipicamente urbanas – e onde, conseqüentemente, ocorrerão transformações sociais e espaciais. Tais espaços se constituem, geralmente, como vazios preservados pelos agentes produtores do espaço que aguardam um processo de valorização do solo ou de expansão da cidade para então acrescentá-la ao processo de incorporação urbana. Em outros casos o espaço periurbano corresponde ao entorno rural das cidades que pouco a pouco passa a receber influência de atividades urbanas, produzindo uma espacialidade complexa em que é difícil definir os limites do urbano e do rural. (SILVA, 2012, p. 90).

Salientamos que, com o passar do tempo, o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida, apresentando uma reconfiguração de bem-estar, estando atrelado a sentimentos de paz e tranquilidade. Por outro lado, a cidade, sendo bem diferente do campo, apoderou-se da ideia de centro de realizações, das comunicações, entre outros ideais. Ora, que bem-estar é esse para uma classe social que vem morar em Aldeia em condomínio fechado,

com guarita, câmeras, segurança 24 horas, muros com mais de 2 metros de altura, cercas elétricas e outros equipamentos de segurança?

O crescimento urbano trouxe muitos problemas, que a cidade enfrenta no dia a dia. Há uma série de deficiências de saneamento, moradia, péssimas condições de segurança, embora essas precariedades também estejam em todos os lugares diariamente. Contudo, esses problemas são sempre apontados como argumentos para justificar a busca para se morar nesse tipo de refúgio, além é claro, do discurso da segurança.

Além disso, as questões ligadas a barulho, trânsito, gases poluentes liberados pelas indústrias, más condições de trabalho (a infraestrutura e a jornada que geralmente o trabalhador sofre todos os dias), o mau cheiro, e os problemas de planejamento para receber tantas pessoas, o preço alto dos aluguéis, enfim, tudo isso acaba afetando o modo de vida dos cidadãos no meio urbano. Em vista disso, as pessoas (que podem pagar o preço) voltam seu olhar para os espaços periurbanos, periféricos, para os subúrbios ditos privilegiados. Como podemos observar nas palavras de Silva (2015):

Em se tratando da cidade capitalista um conjunto de fatores pode influenciar na realização do presente processo. Logo, o encarecimento do preço das terras em áreas centrais, a elevação dos alugueis, a dificuldade de expansão (sobretudo quando tratamos das indústrias), a emergência de ideais (modo de vida) e as deseconomias e problemas gerados em função da concentração urbana são fatores que reforçam a saída das áreas centrais em direção às bordas das cidades. (SILVA, 2012, p. 55).

Podemos perceber os problemas das áreas centrais já observados com as qualidades ambientais e principalmente a ação dos agentes modeladores do espaço (os agentes imobiliários e o Estado). Passaram a valorizar e promover novas infraestruturas com o surgimento das periferias, sobretudo as novas periferias de amenidades que, nesse caso, é incorporado à Aldeia. Esses espaços acabam sendo valorizados por apresentarem um ambiente de forma natural, e daí apresentam jeitos de uma cidade do interior com algumas intrusões de certos serviços.

Eles se encontram, na sua maioria, na fronteira da expansão metropolitana. Alguns moradores procuraram proteger as características originais, no entanto, outros desejam suas propriedades com todas as facilidades. Os que procuram os subúrbios para viver, em grande parte vão a busca do meio ambiente saudável e um estilo de vida informal; os sentimentos pela natureza e vida rural são encorajados pelas pressões do estilo de vida das cidades; a

busca pela saúde e bem-estar também tem contado como grandes influenciadores. (ANDRADE, 2006, p. 86).

Por outro lado, esses espaços tendem por algum momento a acompanhar um processo da expansão urbana e produção da cidade. Indo nessa perspectiva, o espaço periurbano, conseqüentemente, vai sendo moldado por diferentes agentes que possuem distintos interesses sobre ele. No que foi salientado, Silva (2015, p. 52), mostra que esses espaços se configuram como “O resultado de muitos processos empreendidos por diferentes agentes que possuem distintas perspectivas sobre ele. Neste sentido, há quem mantenha sobre o espaço urbano uma perspectiva residencial ou produtiva, há quem deseje viver, lucrar, destruí-lo e reconstruí-lo”.

Aldeia, além de ser posicionada como espaço de expansão urbana, segundo Silva (2015), adota como uma paisagem bucólica. Essa área verde vem tornando-se palco das disputas de atores sociais – Fórum Socioambiental de Aldeia (FSA) –, que vêm lutando contra o capital imobiliário, e passam a enxergar nessa localidade a possibilidade de terras para implantação de seus empreendimentos (inclusive dos novos condomínios como Reserva de Aldeia, Raízes de Aldeia, Colorado Luar de Aldeia, Casas Novas, Terra Viva, Morada das Palmeiras e outros). Enquanto isso, existem os defensores do meio ambiente, que se destacam pela preocupação com os avanços do urbano nessas áreas ambientais, provocando, por exemplo, ameaças ao meio ambiente.

Por meio de leitura, percebemos que existe relação entre o homem e o meio ambiente, em que o homem busca a melhoria de sua qualidade de vida. Vários fatores acabam influenciando na escolha: termos econômicos, sociais e também o meio físico; ele busca área de amenidades, e Aldeia se encaixa nessa linha de pensamento desde 1960, com a construção dos condomínios mais antigos de Aldeia, que antes eram clubes, por exemplo, Clube de Campo Alvorada (CCA), que depois virou condomínio de primeira residência, assim como o Clube Sete Casuarinas.

As pessoas querem desfrutar das qualidades ofertadas pela natureza, encontradas fora dos limites dos centros urbanos, seja no campo ou no subúrbio, mas não abrem mão das facilidades que o meio urbano proporciona. Os mais abastados decidem morar nos subúrbios, no entanto não abrem mão da televisão, do computador, da luz e água encanada. A paz, a segurança, a tranquilidade e a qualidade de vida são os principais atrativos para a migração em direção a estas áreas. (ANDRADE, 2006, p. 149).

A região de Aldeia ajusta-se a essa citação, apresenta-se como um novo espaço de atração e de geração de oportunidades de trabalho, principalmente pela presença da classe média local e dos empreendimentos imobiliários que ali se localizaram e vêm instalando-se nos últimos anos em condomínios, com seus equipamentos de lazer, o comércio, etc. Além disso, devemos levar em consideração outra questão observada:

Presença de amenidades naturais em Aldeia atraiu consumidores havidos pelas qualidades ambientais da região. A presença da flora, da fauna, o clima, o relevo e os corpos hídricos se converteram em externalidades positivas e lhe conferiram um valor simbólico de grande importância para as famílias permitindo experimentar uma ressignificação dos valores atribuídos ao rural. Além disso, os condomínios horizontais de Aldeia ofereciam a possibilidade de viver em um espaço seguro e exclusivo, de localização de prestígio e status residencial. (SILVA, 2015, p. 92).

Vale observar, mediante essa citação, que os condomínios residenciais localizados na Grande Aldeia estão situados em uma área ambiental que tem atributos paisagísticos que se visualizam no campo; assim, com suas granjas, chácaras, sítios e pequenas fazendas, contribui para ser vista como um lugar bucólico, termo adotado por Silva (2011).

Segundo Andrade (2006, p. 108), o meio natural aldeense se “converteu em valiosa raridade e que serve até o momento como fator de atração populacional”. Essa atração surge na procura de uma nova experiência de modo de vida, principalmente visando a um contato direto com a natureza. Segundo a autora mencionada, ainda se tornou sinônimo de qualidade de vida, representada muito bem pelos agentes imobiliários.

Na Fotografia 2, observamos o lançamento de condomínio em Aldeia no km 14, próximo da indústria Indaiá Brasil Águas Minerais, o Reserva de Aldeia. Aproveitando esse discurso, podemos ver o cuidado dos agentes imobiliários em busca da atração e da experiência de um modo de vida em contato com a natureza, muito embora a natureza propriamente fique apenas no plano da retórica, pois o que se observa na imagem é uma imensa área onde o verde cedeu lugar para a implantação do loteamento.

Fotografia 2 – Propaganda de um novo empreendimento local em Aldeia, Paudalho, PE



Fonte: Kenedy Adelson, nov. 2017.

Tal como observamos acima, a ideia de verde está muito mais no nome do empreendimento – Reserva de Aldeia – do que no conteúdo vegetação da área loteada. Tudo isso contradiz o discurso sobre essa região, e esse é apenas um entre vários exemplos de loteamentos que exploram a ideia do verde, mas o destroem ao mesmo tempo para viabilizar o negócio imobiliário. Se observarmos a Fotografia 3, fica mais claro como essa área foi desmatada para a implantação do loteamento. Desse modo, o discurso de Aldeia como uma “reserva” de natureza perde consistência. Vejamos na imagem a seguir.

Fotografia 3 – Área do futuro Condomínio Reserva de Aldeia



Fonte: Kenedy Adelson, set. 2017.

Na Fotografia 4, vemos o acesso ao Condomínio Ecológico Raízes de Aldeia. O acesso antes desse empreendimento era a estrada sem nenhuma pavimentação para atender à

Comunidade do Piin e a área verde do entorno. Depois da implantação do empreendimento, uma das benesses por ele trazidas foi a pavimentação do acesso como é mostrado na Fotografia 5. Nesse sentido, os empreendimentos imobiliários de alto padrão, de um lado, contribuem para agravar o processo de autosegregação socioespacial e, de outro, ao menos por onde eles estão implantados indiretamente, acabam por impor alguma infraestrutura de pavimentação às vias que lhes dão acesso.

Fotografia 4 – Acesso ao empreendimento Raízes de Aldeia



Fotografia 5 – Av. Ministro Marcos Freire, Aldeia, construída para atender o condomínio



Fonte: Kenedy Adelson, set. 2017.

Silva (2015, p. 16) mostra que “Aldeia foi se constituindo como uma nova periferia de *status* e amenidades sendo, pois, uma opção de localização residencial alternativa para parte das famílias de renda média recifenses”, sem falar, de fato, das comunidades que ao longo do tempo foram erguidas nesse espaço também. O que se pode observar na literatura é que, à medida que iam crescendo as famílias de renda média e alta, chegavam, também, as famílias de baixa renda. As Fotografias 6, 7, 8, 9, 10 e 11 mostram os condomínios de alto padrão em Aldeia, localizados principalmente na área pertencente ao município de Camaragibe. Podemos ver nestas fotografias a infraestrutura para receber o público morador típico desses espaços, ou seja, as chamadas famílias de classe média alta. O que pode chamar nossa atenção é o nome dado a cada empreendimento, conforme está registrado nessas fotografias, ligado à ideia de natureza, de vida no campo. Com o crescimento da função de primeira residência, espaços que outrora correspondiam a segundas residências, como chácaras, fazendas e sítios, estão entrando em colapso, e estão convertendo-se em primeiras residências, ganhando novas funcionalidades.

Fotografia 6 – Condomínio Colorado Luar de Aldeia



Fotografia 7 – Condomínio Torquato Castro



Fonte: Kenedy Adelson, jul. 2017.

Fotografia 8 – Condomínio Flor do Araçá



Fotografia 9 – Condomínio de Campo Alvorada



Fonte: Kenedy Adelson, jul. 2017.

Fotografia 10 – Green Garden, localizado no km 13,5 da estrada de Aldeia



Fotografia 11 – Hotel Campestre de Aldeia, km 13, Estrada PE-027



Fonte: Kenedy Adelson, jul. 2017.

Esses condomínios em Aldeia, como nos mostraram as Fotografias 6 a 11, passam a ideia primeiramente de um tipo de território bucólico, expressão adotada por Silva (2011), sugerindo a ideia de natureza intocada, que atende um grupo social, e acabam residindo nessas áreas, dando maior estrutura muito bem projetada, com praças, áreas de lazer, tudo o que serve de conforto para esse perfil de moradores. A seguir, notamos o nível desses empreendimentos imobiliários, refletindo na qualidade das construções das respectivas residências. As Fotografias 12 e 13 mostram o perfil de moradia, evidenciando o alto padrão de habitabilidade, sendo esse tipo de imóvel bastante comum nos condomínios de Aldeia.

Fotografia 12 – Casa de alto padrão em condomínio de Aldeia



Fotografia 13 – Outra casa de alto padrão em condomínio de Aldeia



Fonte: Kenedy Adelson, maio, 2018.

O atrativo para essa área de amenidade, como nos mostra Andrade (2006), justifica-se pelo desejo e pela vontade de melhoria de vida no que se refere às condições de moradia. Em que moradores cansados do trânsito pesado da RMR e de outros problemas tão comuns ao dia a dia da metrópole acabam por optar por essa área supostamente verde e tranquila, logo encarada por muitos como uma espécie de refúgio.

O objeto de estudo deste trabalho não é essa Aldeia que esses autores trouxeram. Vimos a Aldeia que é vendida, a Aldeia que é conhecida, a dos agentes imobiliários que está nos discursos de vender essa imagem de lugar calmo, lindo para morar. Essa ideia de ser o melhor lugar para morar por não ter problemas como centros urbanos já não existe ou não mais se aplica, porque os problemas que essa região enfrenta são os mesmos e são as mesmas

dificuldades de outros tantos lugares da RMR. De fato, existem e são problemas muito presentes na periferia do capitalismo.

Neste trabalho chamamos a atenção para outra Aldeia, muito mais pobre e menos conhecida. Aqui adotamos essa Aldeia dos pobres por existir um conjunto, até mesmo um bairro, que precisa muito da ação do poder público, seja em termos de educação, segurança, seja até mesmo saúde. Essa Aldeia que é diferente da Aldeia que Andrade (2006), Miranda (2008) e Silva (2011) discutem com muita propriedade, pois tais autores se debruçaram sobre a Aldeia tradicionalmente ocupada pela população de alto poder aquisitivo, enquanto esta pesquisa se volta para um fragmento desse espaço notoriamente marcado pela carência social e econômica e, não por acaso, é aqui chamada de “uma outra Aldeia”.

Esta pesquisa propõe mostrar os problemas relacionados com as contradições socioespaciais da implantação do Conjunto Habitacional Novo Redentor, uma área constituída para atender às comunidades pobres de Aldeia vindas das localidades do Rio das Pacas, Piin, especialmente do Córrego do Sapo, que foi uma área habitada por população de baixo poder aquisitivo, no bairro de Vera Cruz no município de Camaragibe.

Desse modo, atendendo aos objetivos do Prometrópole em melhorar as condições de habitabilidade da bacia do rio Beberibe por meio da implantação de infraestrutura urbana em áreas de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e melhoria da qualidade ambiental da RMR. Neste caso a apresenta como discurso de amparo para a remoção das três comunidades que estavam inseridas nas nascentes da bacia do rio Beberibe.

Esse conjunto habitacional é parte da obra de n.º 25.209 do PAC I, gerida pela Cehab. Tinha duas etapas: a primeira, abrigar ocupantes retirados da calha das nascentes do rio Beberibe; a segunda, recuperar o meio ambiente. A construção do conjunto começou em 2009, e foi entregue entre 2011 e 2013 a 400 famílias, mas, até o momento, não se vê recuperação ambiental. Ao contrário: o esgoto do Conjunto Habitacional Novo Redentor é lançado no que resta do rio das Pacas além de outros problemas enfrentados por eles.

4 DOS ANTECEDENTES À IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO REDENTOR

Nesta seção apresentamos um levantamento detalhado do Prometrópole e outros projetos que dizem respeito à ação de revitalização da bacia do rio Beberibe. Vimos que esse programa de infraestrutura – Prometrópole – remete a atender ou atuar nas áreas de baixa renda da RMR. É uma ação da agência estadual de planejamento denominada Condepe-Fidem, em cooperação com a Compesa e com diversas entidades da administração direta e indireta das prefeituras de Camaragibe, de Recife e de Olinda.

4.1 Repercussão socioespacial de algumas políticas públicas na área de estudo

A bacia do rio Beberibe é foco principal de atuação nas áreas onde estão concentradas as comunidades pobres da RMR integrando os municípios de Recife, Olinda e Camaragibe. Inseridas na área da bacia do Beberibe, o Prometrópole visa promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário dessas comunidades, contribuindo para o combate à redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da RMR.

Vendo a figura do Projeto Grupo Gestor da Bacia do Beberibe (GGBB), observa-se em cor amarela, especialmente amarelo-claro, o local de estudo. Com mais clareza, podemos ver na Figura 3 o recorte mais perto no município de Camaragibe na região de Aldeia especialmente no bairro de Vera Cruz e nas comunidades estudadas.

Salientamos que nosso recorte faz parte de algo muito maior. Vemos o envolvimento em outros empreendimentos fazendo parte do mesmo projeto; isso além da área de estudo, por exemplo, entre Recife e Olinda.

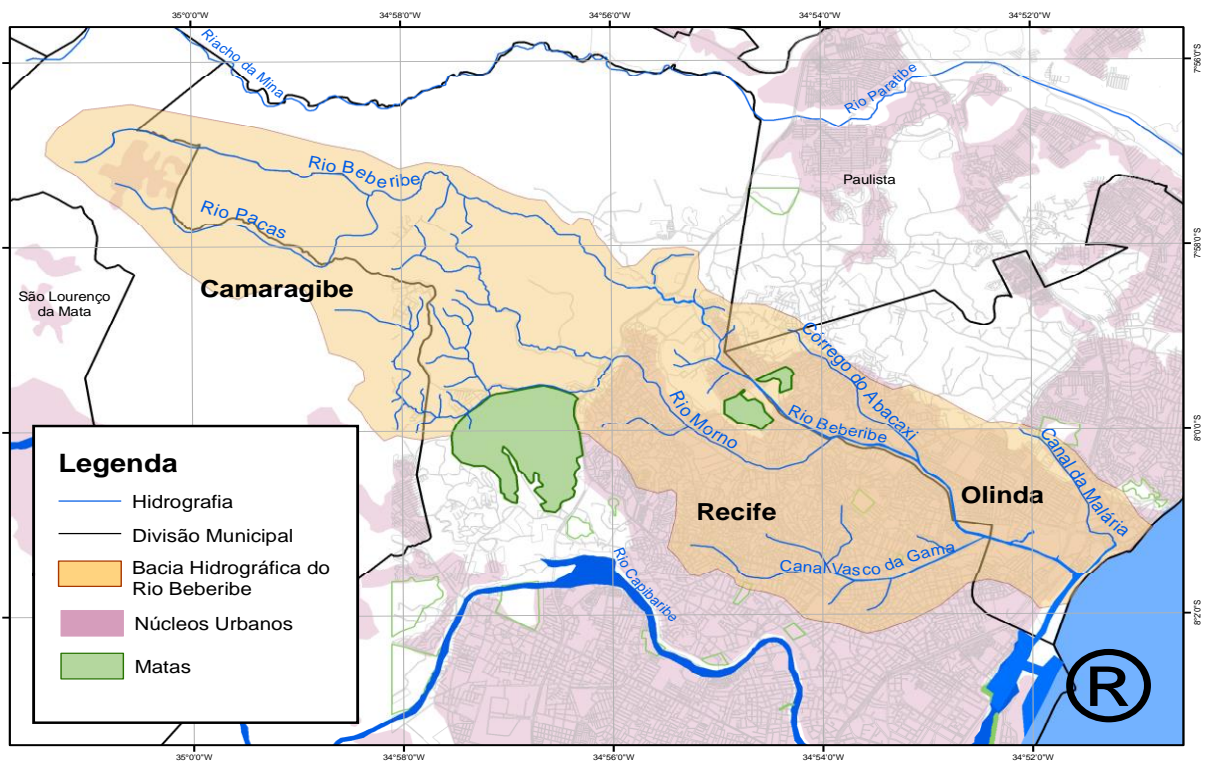
Na sequência, Figura 4, percebemos que o rio Beberibe vem sofrendo, nos últimos cinquenta anos, com as consequências da ocupação desordenada da zona norte do Recife, dos morros de Olinda e a agressão às suas nascentes em Camaragibe. O resultado tem sido o assoreamento da sua calha pelos solos trazidos dos morros, o estreitamento do rio pela ocupação de suas margens e a contaminação das suas águas com o lançamento dos esgotos domésticos.

Figura 3 – Intervenção do Projeto GGBB na área de estudo



Fonte: Pernambuco (2008, p. 7).

Figura 4 – Área da bacia do rio Beberibe em 2008



Fonte: Sistema de Informação. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/11484155/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

O governo federal e o governo de Pernambuco, por meio de seus órgãos, vêm aportando recursos financeiros direcionados ao rio. Desse modo, visando à reurbanização das localidades que se situam nas margens, com a implantação de habitações e de saneamento básico, trazendo, assim, novas perspectivas para a recuperação do rio Beberibe, bem como a inclusão de projetos voltados para o tratamento da calha fluvial, que se somam e contribuem para sua integração.

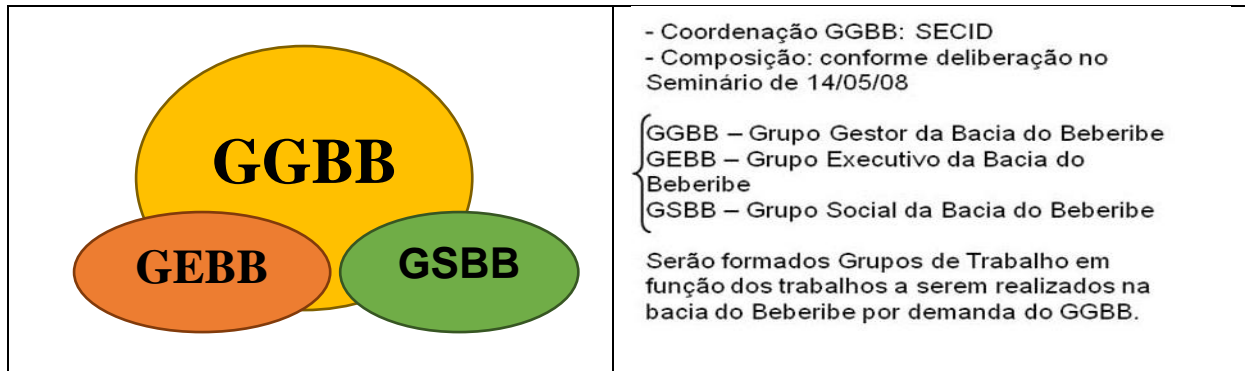
Nesse contexto, visando à efetividade dos projetos, a Secretaria de Recursos Hídricos realizou, em 14 de maio de 2008, o (Seminário sobre a Bacia do Rio Beberibe: um Novo Tempo), com o objetivo de criar mecanismos de participação e controle social das intervenções, tendo três eixos principais: nivelar informações sobre a dinâmica ambiental da bacia hidrográfica do Beberibe; compatibilizar as agendas públicas de intervenção na área; elaborar propostas de gestão compartilhada dos bens públicos.

Como resultado do seminário, foi recomendada a criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho formado por órgãos indicados no fim do seminário. Esses grupos foram divididos entre as entidades I – Representação do Poder Público: com parceria de algumas secretarias para compor o GGBB: Secretaria das Cidades (Secid)/Coordenação; Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag); Secretaria de Recursos Hídricos (SRH); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma); Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab); Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa); Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem); Condepe/Fidem/UT-Prometrópole; Prefeitura de Camaragibe, de Olinda e Recife. II – Temos as entidades que compuseram a sociedade civil atuante na bacia do rio Beberibe: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Faculdade Maurício de Nassau, Núcleo de Amigos do Beberibe; dois Comitês de Desenvolvimento Local de Área (CDLA) e dos municípios que abrangem a bacia do rio Beberibe (Recife, Olinda e Camaragibe).

Dessa forma, criou-se o GGBB, sendo coordenado pela Secid, como vimos, direcionada pelo governo estadual de Pernambuco. A missão do GGBB é integrar as intervenções na bacia hidrográfica do rio Beberibe envolvendo o setor público e a sociedade civil organizada para o seu desenvolvimento sustentável. A Figura 5 do projeto GGBB mostra a gestão integrada da bacia do rio Beberibe, que corresponde ao envolvimento da Secid em 2008, sendo considerada o órgão de mediação das demais entidades sobre as intervenções que ocorreram durante o período de atuação 2008-2011.

O envolvimento da Secid teve por objetivo subsidiar, apoiar e acompanhar as políticas e diretrizes para a gestão por meio dos programas, projetos e intervenções desenvolvidos pelas instituições participantes. Podemos notar isso na Figura 5.

Figura 5 – O envolvimento do Estado com demais entidades: gestão integrada da bacia do rio Beberibe



Fonte: Elaboração do autor, maio 2018.

Foram computadorizadas no Projeto GGBB as atividades de grande importância para a execução das atividades na bacia, mas trouxe apenas a atuação do objeto de estudo que foi a Cehab, mas no projeto tem as áreas beneficiadas também com outros órgãos em atuação. Desse modo, podemos visualizar no Projeto GGBB a atuação ou o envolvimento do estado de Pernambuco na bacia do rio Beberibe desde a sua nascente no município de Camaragibe até Recife e Olinda.

Salientamos que o Prometrópole fez solicitação de empréstimo ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) – instituição mais conhecida por Banco Mundial – a um custo total US\$ 84 milhões, sendo 55% deles referentes ao empréstimo e 45% à contrapartida do governo do estado de Pernambuco e das Prefeituras participantes (Recife e Olinda), pois faltaram recursos para alcançar as nascentes do rio localizada em Camaragibe. Então, em 2008, com a criação do GGBB, restou que o município entraria com recursos do PAC, especialmente do PAC I. O programa visou ao beneficiamento de diversas famílias em várias partes pobres da bacia do rio Beberibe.

O combate às áreas mais desfavorecidas verificou-se com a implementação de ações integradas de infraestrutura urbana, como vimos: água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem, sistema viário, equipamentos sociais e de lazer, entre outros, a ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados a essas comunidades e a ampliação dos mecanismos de

regularização fundiária. Foi daí que o projeto se intensificou com a ação do governo federal e o de Pernambuco por meio de diversos órgãos, por exemplo: PAC I, Secid, Secretaria de Habitação (Sechab), a Cehab e outros que vinham aportando recursos financeiros direcionados ao rio, visando à recuperação ambiental das localidades que se situam às margens, com a implantação de habitações e saneamento básico, indicando novas perspectivas para a revitalização do rio Beberibe. Igualmente, a inclusão de projetos voltados para o tratamento da calha fluvial, que se somam e contribuem para sua integração.

Destaca-se o envolvimento de algumas secretarias, por exemplo, a Sechab. Seu papel é estabelecer um novo paradigma na questão habitacional, que envolve a qualidade da moradia referente à segurança da posse da terra, ao traçado e à morfologia do assentamento, infraestrutura de abastecimento d'água, esgoto, drenagem, coleta e destino dos resíduos sólidos; ainda, o sistema viário, os serviços públicos como transporte, segurança e equipamentos comunitários e as condições de acesso e mobilidade. Já a Cehab, tem como objetivo atuar na redução do déficit habitacional do estado de Pernambuco, por meio da racionalização dos problemas habitacionais de interesse social, em parceria com as prefeituras a Caixa Econômica e o governo federal. Além disso, a Cehab teve como objetivo promover a qualidade de moradia, desenvolver projetos de urbanização para as comunidades carentes; a regularização fundiária, assistência técnica gratuita e a implantação de programas e projetos habitacionais com o intuito de facilitar o acesso à casa própria, assegurando, assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias e a convivência social. Na subseção 4.2, apresentamos toda a implantação do Conjunto Habitacional Novo Redentor localizado no bairro de Vera Cruz, Aldeia na RPA-5 de Camaragibe, Pernambuco.

4.2 Implantação do conjunto residencial: atendimento das necessidades dos moradores ou agravamento das contradições socioespaciais?

Tivemos por objetivo analisar o contraste da implantação do Novo Redentor. Em 2008, como visto, o estado de Pernambuco, por intermédio da Secid e da Cehab, levou o Projeto GGBB a Camaragibe com recursos do PAC I. Desse modo, apresentou um Projeto de Urbanização e Infraestrutura, tendo como objetivo propor ações de recuperação das áreas degradadas pelas comunidades do Rio das Pacas, Piin e Córrego do Sapo, situadas no bairro de Vera Cruz, Camaragibe. De acordo com a Secid, a construção desse empreendimento teve

duas etapas. A primeira foi a construção dos 400 apartamentos levando mais de R\$ 8.994.571,15. A segunda etapa foi destinada aos equipamentos e a toda a infraestrutura do Novo Redentor (iluminação, lazer, serviços básicos); não tem o valor especificando quanto foi gasto nessa segunda etapa (Fotografias 14 e 15).

Fotografia 14 – Canteiro de obra: início da implantação do Conjunto Habitacional Novo Redentor no bairro de Vera Cruz em Aldeia



Fotografia 15 – Área de edificação do conjunto em 2009



Fonte: Secid. Disponível em: <www.cidades.pe.gov.br/web/secid/programas-acoes/bacia-do-beberibe?p_p_id=110>. Acesso em: 18 abr. 2018.

Essas três áreas foram consideradas prioritárias por apresentarem características de acentuada degradação urbana, somada a precárias condições socioambientais. O processo de ocupação irregular das comunidades teve início com a construção de casas de alvenaria e taipa que os próprios moradores entrevistados relataram. Ocupando, então, espaços vazios de encosta de morros, localizados às margens do rio das Pacas, áreas alagadas e áreas verdes.

De suma importância, a Cehab promoveu o novo assentamento para essas comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e o Piin, que resultou na construção do Novo Redentor, próximo às áreas, no qual se encontram residindo atualmente 400 famílias. Dessa forma, objetivando a garantia do direito fundamental à moradia bem como a recuperação ambiental daquelas áreas que foram gradualmente degradadas.

A Fotografia 16 mostra o Novo Redentor no bairro de Vera Cruz em Aldeia. O surgimento desse conjunto foi pela participação de movimento de representação, conforme foi visto na subseção 4.1, formada por líderes políticos, (representação do poder público e a representação da sociedade civil atuante na bacia do rio Beberibe) na gestão do governador

Eduardo Campos e do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi um desafio urbanizar as três maiores comunidades (favelas) de Aldeia.

Fotografia 16 – Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Kenedy Adelson, maio, 2017.

No Quadro 2, é possível analisar o envolvimento do PAC I com o conjunto residencial. Percebemos com mais clareza o envolvimento do PAC, criado pelo governo federal com o suposto objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico para a população brasileira, por meio de ações como geração de renda e construção de moradias. O PAC foi dividido em três eixos, sendo o mais importante para esta pesquisa o social e o urbano (Programa Luz para Todos, além de investimentos em saneamento, habitação, metrô, recursos hídricos). O governo de Pernambuco, por meio do PAC, investiu nos projetos de urbanização (Quadro 2), que preveem a construção de unidades habitacionais e serviços de infraestrutura – pavimentação, drenagem, iluminação, abastecimento d'água, esgotamento sanitário. Isso foi durante a primeira etapa desse programa.

As comunidades estudadas ocupavam áreas de preservação das nascentes do rio Beberibe, em área do bioma da mata atlântica. Atualmente os 400 apartamentos, doados pelo governo federal e estadual, ainda não foram inaugurados, por apresentar irregularidades no caso dos equipamentos comunitários, vias calçadas, da iluminação, do anexo (creche), postos de saúde e segurança no local, previstos no Quadro 2. Isso fez com que a prefeitura de

Camaragibe e a Caixa Econômica Federal não aceitassem de forma legal, pois os moradores não têm um documento oficial que ateste serem donos dos respectivos imóveis, e sim apenas um documento de termo de uso que se encontra no Anexo neste trabalho.

Quadro 2 – Execução das obras do PAC I

OBRAS DO PAC I – EXECUÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO				
MUNICÍPIO	PROJETO	QUANT. FAMÍLIA	QUANT. HABITAÇÕES	OBSERVAÇÕES
CABO DE SANTO AGOSTINHO	Vila da Charnequinha	1.500 famílias beneficiadas	194	Construção de escolas centro comunitário e praças
CAMARAGIBE	Córrego do Sapo, Rio das Pacas e Piin (Luzanópolis) urbanização integrada e recuperação da nascente do rio Beberibe	400 famílias beneficiadas	400	Construção de creche, posto de saúde, núcleo de segurança e praças
JABOATÃO DOS GUARARAPES E RECIFE	Canal do Jordão (urbanização das margens, revestimento da calha e reassentamento de família	2.600 famílias beneficiadas	400 unidades construídas (chegam a mais de 500 quando são computadas melhorias habitacionais	Construção de creches, praças, centro comunitário e pátio de feira
JABOATÃO DOS GUARARAPES E RECIFE	Lagoa Olho d'Água – Lagoa do Náutico (urbanização das margens, Tratamento da Lagoa e Reassentamento de Famílias	2.100 famílias beneficiadas	1.152 (chegam a 1.400 quando são computadas melhorias habitacionais	Construção de creche, posto de saúde, núcleo integrado de segurança cidadã e praças
OLINDA	Vila Manchete	1.000 famílias beneficiadas	119	Construção de centro comunitário, centro de qualificação profissional e praças
OLINDA	Passarinho (UE 17)	1.338 famílias beneficiadas	111	Construção de 2 escolas e 2 campos de futebol
OLINDA	Azeitona, Peixinhos e Beberibe (UE 11, 12 e 13)	7.219 famílias beneficiadas	1.177	Construção de praças e áreas de lazer
RECIFE	Sítio Grande e Dancing Day	4.000 famílias beneficiadas	631	Construção de centro comunitário, centros de qualificação profissional, creche e praças
RECIFE	Campo Grande (UE 23)	1.339 famílias beneficiadas	132	Construção de creche, posto de saúde, núcleo integrado de segurança cidadã e praças

Fonte: Cehab/PE. Disponível em: <<http://www.Cehab.pe.gov.br/web/Cehab/48>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

As fortes chuvas que caíram em 2010-2011 resultaram em outra etapa, em que líderes políticos, com os moradores das comunidades, apressassem para o acabamento dos imóveis, liberando mais recursos para a conclusão das obras como já vimos anteriormente. Houve uma espécie de ação emergencial para retirar as famílias das áreas de risco especialmente no Córrego do Sapo. Foram sorteadas várias casas em 2011 atendendo a essas pessoas da emergencial na comunidade do Córrego do Sapo. Em 2012, foi a vez da comunidade Rio das Pacas. Por fim, em 2013, as casas foram entregues, mas não finalizadas como prevê o projeto o PAC/1, e parcialmente recuperando, assim, a vegetação de espécie de mata atlântica nos respectivos locais.

Uma observação de campo permitiu-nos constatar que as residências que formam o Conjunto Residencial Novo Redentor são todas derivadas de políticas e projetos que visam à implantação do conjunto habitacional, cujo padrão arquitetônico e urbanístico é muito precário. Trata-se de unidades residenciais multifamiliares formando 400 apartamentos construídos em alvenaria estrutural do tipo “caixão”, contendo cada um, variando de 8 e 4 apartamentos de 37 metros quadrados, todos do mesmo tamanho, com as mesmas medidas, com dois quartos, uma cozinha, um banheiro social, uma sala e uma varanda. O modelo se encontra no Anexo (Cláusula primeira).

Como já mencionado, o conjunto residencial foi planejado, e no projeto original previa a instalação de importantes e necessários equipamentos urbanos, tais como um posto de saúde, um posto avançado para funcionar como base da Polícia Militar, creche com fraldário, praças de convivência social (quadra, brinquedos e projetos), ruas calçadas, iluminação 100% no conjunto, água em casa, ruas principais calçadas para ônibus circular nessa área, depósitos de lixo já que é um projeto de amparo ambientalista. Na Figura 6, é possível observar como seria o conjunto residencial estudado no projeto.

De acordo com dados oficiais, a implantação desse conjunto, voltava-se para abrigar populações carentes, moradores em áreas de risco, localizadas no entorno da nascente do rio Beberibe. Dessa forma, a construção do mencionado conjunto residencial tinha tanto uma preocupação de âmbito social explícita, ou seja, ofertar moradias para populações carentes, como assumia um caráter socioambiental por também visar proteger o meio ambiente formado pela nascente do mencionado rio. O discurso de amparo social se encontra com o de conservação ambiental, e mais se considerando que essa área é parte da APA Aldeia-Beberibe.

Figura 6 – Maquete eletrônica ilustrativa do padrão construtivo



Fonte: Pernambuco (2008, p. 7).

Contudo, o fragmento territorial de Aldeia é formado por uma população rica, mas em contrapartida, carente. São inúmeras as contradições observadas nesse local. Já de forma geral, podemos afirmar que não existem espaços de lazer como vimos no projeto, como também praças e parques para o convívio mesmo social. As ruas não dispõem de calçamento, o sistema de abastecimento d'água foi muito discutido pelos próprios moradores e a área não é servida por nenhuma linha de transporte público. Não tem um único posto de saúde, nem segurança e escola para atender, de fato, esse conjunto.

5 RADIOGRAFIA DA PRECARIEDADE URBANA DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO REDENTOR E DAS ANTIGAS COMUNIDADES REMOVIDAS

Esta seção apresentará as análises e os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada no período de março a abril de 2018. Dados tabulados do questionário de pesquisa aplicado encontram-se no Apêndice A.

Ao contrário dos fragmentos territoriais de Aldeia constituídos por condomínios residenciais de alto padrão, a área aqui estudada apresenta uma realidade socioeconômica muito pobre, onde se identificam diversas carências relacionadas com a precariedade da infraestrutura urbana e dos serviços urbanos básicos, o que resulta em precárias condições de vida.

Mesmo que muitos serviços urbanos essenciais também apresentem problemas nas ditas áreas nobres, no caso em particular, no conjunto residencial, incomparavelmente se apresenta pior, pois nem sequer conta com serviço de transporte público; existe uma população toda dependente de serviços essenciais como transporte, saúde, segurança, escola e limpeza.

O conjunto estudado situa-se em um dos bairros mais populosos da RPA-5 da cidade de Camaragibe, conforme mencionado diversas vezes nesta pesquisa. Ele já nasce segregado em um espaço caótico, excluído e com uma característica de periferia mantida até hoje; praticamente nada mudou naquele ambiente (no caso da sua implementação até no presente momento).

Para termos uma análise verídica em relação aos problemas enfrentados por esses moradores do conjunto, realizamos um questionário semiestruturado, com o chefe das famílias (homens e mulheres), mais precisamente com 247 responsáveis pelo imóvel; já que a quantidade de imóveis residenciais, de acordo com o Projeto GGBB e os recursos do PAC I, abraçam essas 400 famílias.

Pesquisamos 62% das residências. No primeiro dia, deparamos com muita dificuldade, pois o local traz muita insegurança e os próprios moradores tiveram medo de atender; já outros, mostravam-se indignados com tal situação enfrentada por eles todos os dias. Chegaram até a pensar que era gente da própria Cehab, daí foi necessário criar uma estratégia de identificação (um crachá).

Tivemos tempo para a realização da pesquisa e conseguimos fazê-la, alcançando as etapas das orientações. Acabamos por trabalhar com o total de 62%, o que é suficiente para entendermos a problemática em que aquele ambiente está inserido.

5.1 O Novo Redentor visto por dentro

De acordo com as falas dos entrevistados, o processo inicial ocorreu há algum tempo, quando passaram umas pessoas entregando panfletos com o nome Cehab. Então, não sabiam para qual finalidade. Em 2008 aproximadamente, como identificamos nas falas dos entrevistados, pessoas que trabalham na prefeitura de Camaragibe informaram que haveria uma intervenção nas comunidades, uma espécie de ação viria para Aldeia. Conforme o relato, acabaram por dizer que ninguém podia mais fazer nenhum tipo de reforma nas residências. Passou-se o tempo. Depois de uma temporada, o pessoal da Cehab começou a fazer reuniões com os moradores, trouxeram *slides*, mostraram como seria o conjunto residencial de início.

Para esta parte do trabalho, procuramos conhecer a naturalidade das pessoas que compõem aquele espaço Novo Redentor; usamos uma regra de três, e depois tabulamos os dados e os resultados que obtivemos. Identificamos que 83% dos moradores são da própria RPA-5 de Aldeia; os outros 17% são de fora da RPA-5 de Aldeia, são pessoas que migraram de cidades como Recife, Camaragibe, Paulista, Abreu e Lima, Olinda, fora da RMR e até mesmo de outros estados como Roraima (RO) e Alagoas (AL).

No Quadro 3, temos melhor visualização do local de residência anterior desses chefes de família. Diante do exposto, verifica-se que o conjunto é composto mais por pessoas da própria região de Aldeia, inclusive das comunidades principais Córrego do Sapo, Rio das Pacas e Comunidade do Piin.

O real motivo que os levaram até o Novo Redentor foi a esperança de melhoria de vida. Desejo esse que é mantido, mas o sonho de fato não se transformou, pois aquelas pessoas vivem uma realidade difícil no conjunto estudado.

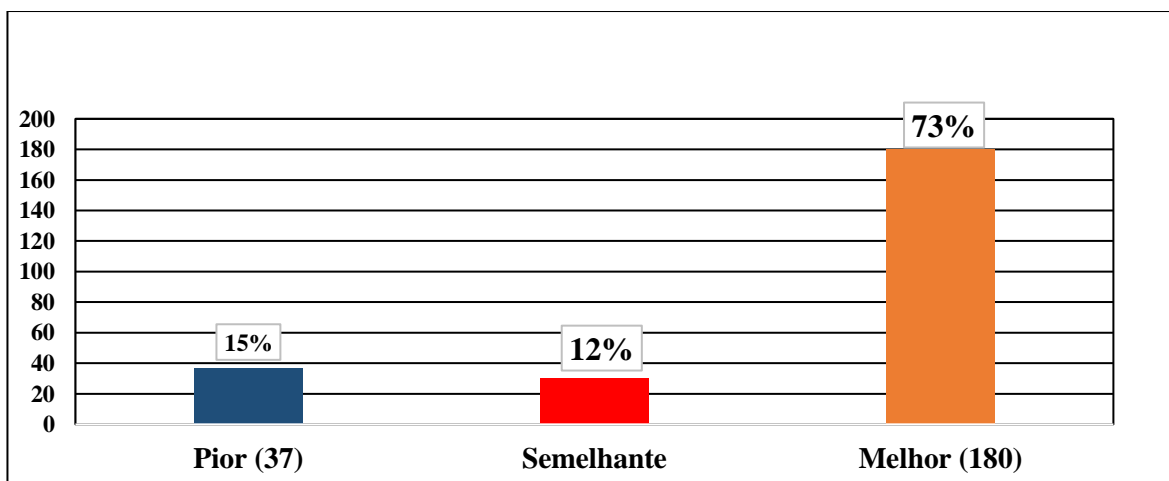
Quadro 3 – Local de residência anterior do público investigado

Local de residência anterior	Entrevistados
Comunidade Córrego do Sapo – Aldeia, Camaragibe, PE	48%
Comunidade Pacas – Aldeia, Camaragibe, PE	15%
Comunidade Piin – Aldeia, Camaragibe, PE	12%
Municípios fora da Região Metropolitana do Recife (RMR)	5%
Bairros do Recife, PE	4%
Vera Cruz – Aldeia, Camaragibe, PE	3%
Comunidade Asa Branca – Aldeia, Camaragibe, PE	2%
Outros bairros de Camaragibe, PE	2%
Região de Aldeia, PE	2%
Comunidade Rachão – Aldeia, Camaragibe, PE	2%
Bairros de Paulista, PE	2%
Bairros de Olinda, PE	1%
Bairro de Abreu e Lima, PE	1%
Outros estados	1%
TOTAL	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Podemos ver, no Gráfico 1, a relação que eles têm a respeito da moradia anterior.

Gráfico 1 – Como considera a moradia atual em relação à anterior



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Dentre as opções, nota-se que 12% responderam semelhante, pela dificuldade que de algum modo está presente na vida desses moradores. A opção pior aparece com 15% no

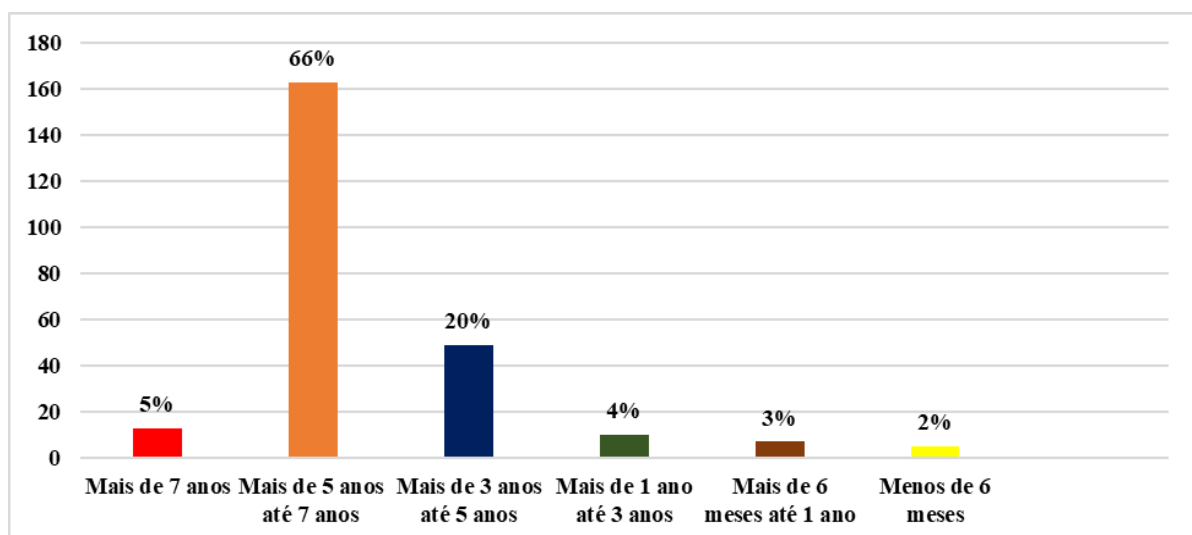
gráfico. Foi interessante observar nas falas dos entrevistados que se torna pior por estarem localizados distante de tudo e por não terem retorno algum quanto à solução para os problemas por que passam.

É como se estivessem ou vivessem isolados, que ninguém pode ajudá-los, atendê-los. Essas questões foram consideráveis para mostrar a indignação deles. Por fim, correspondendo à maioria, a opção **melhor** com 73%. Não podemos deixar de mencioná-los, seus discursos são importantes para este trabalho. Dos 247 entrevistados, esse sentimento que prefere a invasão ou a residência anterior ainda é bem aparente pelo fato de terem certo conforto na residência anterior comparando com a atual.

Já os que responderam a opção melhor, podemos ver que foram satisfatórios nessa relação da casa. Portanto, levaram em consideração o fato de responder pelos pontos positivos – não tem área de risco, não vive no esgoto, não tem casa caindo, a chuva que era um problema, aqui não é. Podemos verificar nessas falas o sentido de satisfação a respeito da moradia atual; mesmo passando ainda por dificuldade, estão satisfeitos. Ainda tem o que ser melhorado, é claro, e estão cientes dos problemas por eles enfrentados.

A seguir, no Gráfico 2, podemos visualizar o tempo de moradia do público investigado, no que existe no conjunto e o que entra contrapondo em termos de uso.

Gráfico 2 – Tempo de moradia no Conjunto Habitacional Novo Redentor
Camaragibe – PE – 2018



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Boa parte dos moradores entrevistados conseguiu a realização do “sonho” da casa própria, pela satisfação de poder morar ou residir no conjunto que, na sua percepção, tem um grande significado, pois simboliza alguma segurança em relação a ter um teto para morar. Esse “sonho” realizado logo contrasta com a precariedade de que eles mesmos reclamam tanto: a sensação de insegurança, problemas de esgotamento, coleta de resíduos sólidos, dentre outros aqui analisados.

Outra contradição que verificamos é que, passados oito anos da implantação do conjunto e a transferência das famílias para lá, ainda não receberam o título definitivo de propriedade do imóvel. “A gente fica inseguro sem um documento, não pode falar que o imóvel é nosso de verdade”, afirmou uma entrevistada, moradora do Novo Redentor. As 400 famílias do local ainda não têm a escritura, a não ser um documento que não dá segurança. É uma espécie de termo provisório que, pelo caráter temporário, depois de tanto tempo, corre o risco de caducar. Se for possível estabelecer alguma relação, ressaltamos que a segregação do tipo induzida, conforme propõe Souza (2003), e é sofrida por esses moradores, também se relaciona com esse quadro de incerteza e de fragilidade.

O Gráfico 2 aborda o tempo de moradia no referido conjunto residencial. Vemos que 5% dos moradores iniciais moram há mais de 7 anos lá. Esses são, de fato, os moradores que vivenciaram o processo inicial de 2011, que atendeu a comunidade Córrego do Sapo, por ocasião das fortes chuvas que caíram nesse período e comprometeram as casas dessa comunidade. Os que declararam morar no conjunto entre 5 e 7 anos estão ainda dentro dessa seleção, ou seja, são remanescentes do Córrego do Sapo, atendidos por último, pois em 2012 foi o período do término de mais uma etapa de construção das casas do residencial. O último grupo de pessoas que chegou ao conjunto residencial proveio da Comunidade do Piin, isso ocorreu entre os anos de 2013 e 2014.

Os que correspondem a 4%, 3% e 2% no tempo de moradia nesse conjunto, é que não são oficialmente os donos iniciais responsáveis pelo imóvel. Percebemos que, por ser uma questão oficial, o documento em anexo frisa que não pode ser trocado, nem vendido, nem passado para terceiros (Cláusula quarta, A, B, C, D, E, F, G, H, I); mas durante as idas de campo havia pessoas de menos de 6 meses, também identificamos algumas pessoas morando no conjunto há menos de 2 semanas.

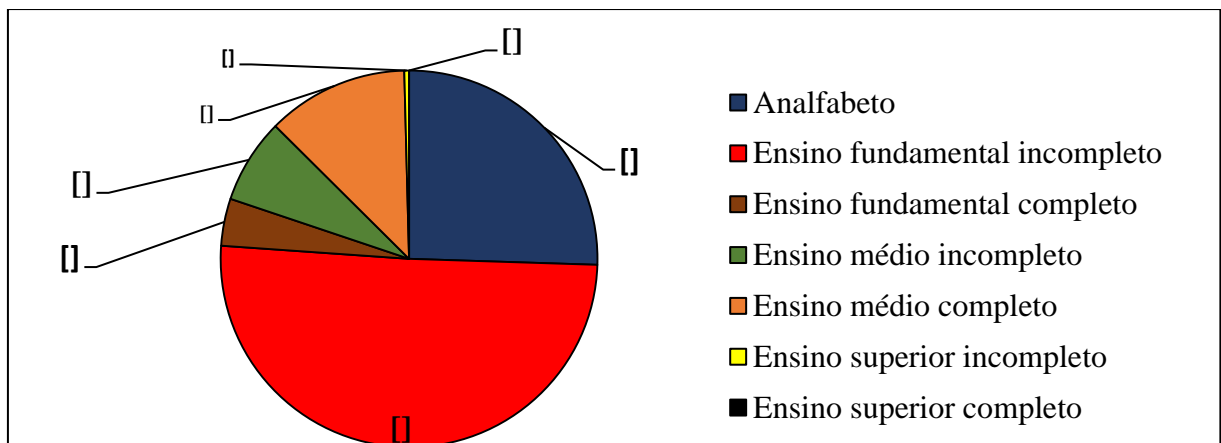
Além dos puxadinhos, pois não se pode nem aumentar nem fazer quaisquer alterações, como determina o modelo em Anexo (Cláusula quarta, F). Conforme as narrativas, alguns, de

início, tinham medo, mas depois começaram a cercar, murar, fazer puxadinhos para aumentar a casa, garagem e outros cômodos como se mostrará em algumas fotografias adiante.

A seguir, tivemos uma noção básica e prévia do perfil dos chefes que são responsáveis pelo imóvel. Daí a leitura dos dados foi feita por meio de uma separação básica para facilitação dos 247, separando masculino (M – 1 até M – 161) e o outro grupo Feminino (F – 1 até F – 86). Isso com a finalidade de visualizar posteriormente os tipos de ocupação dos homens e das mulheres, verificando-se que, cada vez mais, a mulher está tornando-se o chefe responsável.

No Gráfico 3, visualizamos a faixa de escolaridade predominante entre os moradores do conjunto, com alto número dos que não concluíram o ensino fundamental. Esse grupo representa 51% dos moradores enquanto o fundamental completo representa 4%.

Gráfico 3 – Escolaridade dos moradores do Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Como podemos observar no Gráfico 3, identificou-se que, no quesito analfabeto, os moradores do Novo Redentor apresentam um percentual um tanto elevado comparado com outras modalidades de ensino, chegando a 26%. Muitos dos que foram entrevistados pelo pesquisador preferiram apenas falar para que ele anotasse, pois diziam que nem sequer sabiam escrever seu nome.

Em contrapartida, temos 51% (mais da metade) declarando-se que não terminaram a educação básica, ou seja, têm o ensino fundamental incompleto. Os que concluíram essa modalidade foram apenas 4%. Já em relação ao ensino médio completo, responderam que concluíram 12%, e 7% têm o ensino médio incompleto. Nenhum dos entrevistados tem o

curso superior (0%). Apenas uma entrevistada declarou que fez o curso superior, mas não concluiu. Não apareceu no gráfico por conta do percentual.

De acordo com a população residente no conjunto, os governantes não se preocupam com eles. A cidade de Camaragibe não pode fazer praticamente nada porque não entregaram as casas à Prefeitura, mas observamos nas falas dos moradores que os governantes só os procuram para pedir votos em período de eleição. Um fato que não deveria ocorrer, porém isso já é uma característica do nosso país em período de eleição, notadamente para eleger prefeitos e vereadores. Para o poder público e a sociedade de alto status social, essas pessoas não têm a menor importância, a não ser que precisem delas para alguma coisa.

O Novo Redentor não tem uma praça de convivência para as 400 famílias, embora constasse no projeto inicial, conforme vimos na subseção 4.2. A pavimentação nas ruas, por exemplo, nem existe de fato, o acesso é complicado. O que podemos observar nitidamente, durante as idas a campo, é que as ruas principais do conjunto, Rua Marcela de Andrade Lima e a Rua Manoel Bione de Araújo, que dá o acesso ao Conjunto Habitacional Novo Redentor, são totalmente de terra, com buracos, muita lama e pedras; as outras ruas têm pavimento apenas no início, próximo da avenida principal, Avenida Vera Cruz.

Uma das entrevistadas nos relatou que, para chegar à sua casa, é complicado, porque as motos e os carros, muitas vezes, têm de subir pela calçada, na Rua Manoel Bione de Araújo, causando prejuízo a todos que transitam naquele local. Fora esses problemas, ainda têm de enfrentar distância, sol, chuva, poeira, lama. Quando o carro passa na Rua Manoel Bione de Araújo, há muita lama.

A falta de transporte para o conjunto se dá pela questão da ausência da pavimentação nas ruas, como vimos; o único jeito, principalmente para quem trabalha fora do bairro, é fazer um percurso de aproximadamente 2 km para chegar à parada de ônibus (Fotografias 17 e 18). Esse é um sacrifício diário, e ainda para aqueles que já não são jovens.

Fotografia 17 – Parada de ônibus municipal: linha Aldeia-Araçá-Santana



Fotografia 18 – Parada de ônibus metropolitano: linha (Integração) TI Camaragibe-Vera Cruz

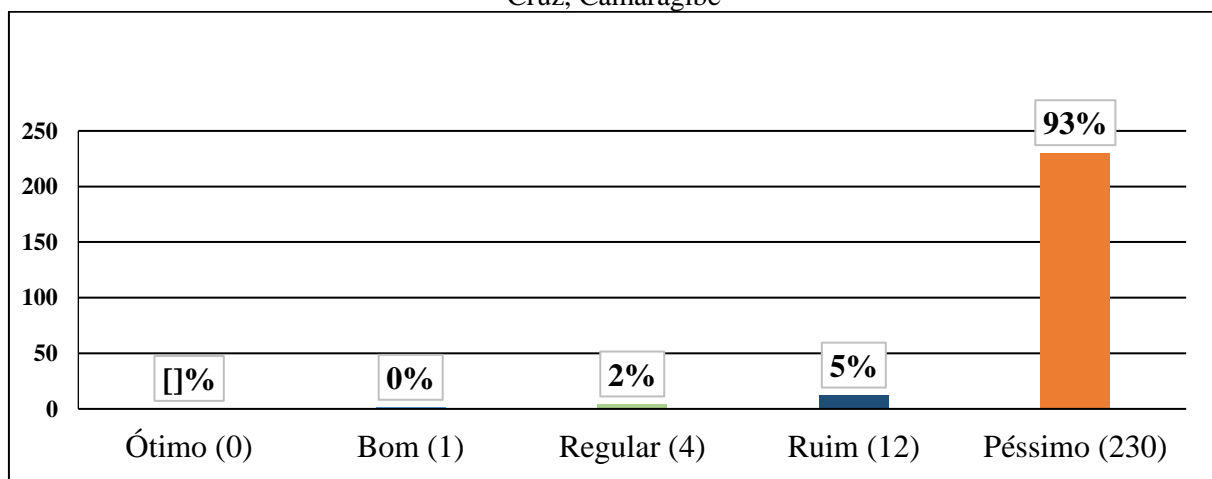


Fonte: Kenedy Adelson, maio, 2018.

Essa questão não foi apenas abordada por uma residente do conjunto, mas pela maioria das pessoas com quem falamos. As reclamações foram unânimes, sobretudo a respeito do transporte público por não atender a esse conjunto. São duas linhas de ônibus que atendem ao bairro de Vera Cruz, uma municipal e outra metropolitana. O meio de transporte que se chama metropolitano passa aproximadamente de 40 a 45 minutos de intervalo de um para outro ônibus. Já na municipal, espera-se em média 25 a 30 minutos por um ônibus.

Observamos no Gráfico 4 a avaliação que tivemos a respeito do que eles achavam do serviço de transporte ainda que não sejam beneficiados com esse tipo de serviço.

Gráfico 4 – Avaliação dos moradores a respeito da oferta de transporte coletivo no bairro de Vera Cruz, Camaragibe



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

O elevadíssimo percentual, ou seja, 93%, referente à oferta de transporte coletivo no Conjunto Habitacional Novo Redentor expressa a insatisfação da população diante do fato de nenhuma linha passar próximo ao conjunto. Dessa forma a população sente-se praticamente desassistida pelo poder público também nesse quesito. Voltamos a mencionar o caráter da exclusão mencionada por Corrêa (1995), bem como o da segregação induzida, discutida por Souza (2003), para nos servir de base para compreendermos tal realidade.

Nesse conjunto foram identificados muitos idosos aposentados que não podem mais sair de casa, a não ser chegar até a calçada de sua residência. Apenas 5% disseram que o serviço de transporte é ruim e, segundo eles, o problema maior seria a distância e a falta de ação da prefeitura em solucionar esse problema. Para 2%, o serviço é regular. Um único morador do conjunto respondeu que o serviço é bom, mas não usa.

Nas paradas de transporte municipal e metropolitano (Fotografias 17 e 18), pudemos observar o que foi relatado sobre tal situação difícil em que se encontra a população do conjunto estudado com relação à pavimentação das ruas que dão acesso ao Conjunto Habitacional Novo Redentor (Fotografias 19 e 20). Esse, supostamente, é o motivo por que o ônibus não entra na rua para atender os moradores. Nota-se uma mobilidade reduzida principalmente para os mais idosos, sem falar nas crianças.

Fotografia 19 – Rua Marcela de Andrade Lima não pavimentada, que dá acesso ao Conjunto Habitacional



Fotografia 20 – Rua Manoel Bione de Araújo não pavimentada, que dá acesso ao Conjunto Habitacional



A pavimentação tem uma importância significativa para a população em geral e para o próprio conjunto, pois evita a poeira em excesso, além do risco de acidentes. Existe improviso dos próprios moradores do conjunto para redução da velocidade dos carros, pois os carros que transitam nessa área não respeitam nem os próprios moradores, e muitas crianças brincam na rua já que no conjunto não existe uma área para o lazer.

Quando falamos de pavimentação das ruas de acesso ao conjunto, outra questão é a iluminação pública, que é um desafio para os próprios moradores. As ruas têm a iluminação precária, mas quando se trata do conjunto habitacional, a coisa fica pior, ele não tem iluminação nenhuma. Podemos ver isso nas Fotografias 21 e 22. Não se consegue ver nitidamente postes de iluminação.

Fotografia 21 – Claridade diurna na rua do Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fotografia 22 – Iluminação deficiente à noite no Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Kenedy Adelson, abr. 2018.

Neste ponto identifica-se um contraste, porque a iluminação infelizmente não existe no conjunto; a não ser que essa iluminação venha na conta de luz de cada morador do conjunto. Dessa forma, ninguém quer pagar uma taxa a mais para outros saírem beneficiados. O órgão responsável, a Companhia Elétrica de Pernambuco (Celpe) tinha entrado, mas acabou ficando para trás; do mesmo modo o órgão responsável pelo abastecimento d'água, que metade das casas tinha um hidrômetro. Segundo moradores desses apartamentos, estavam sendo

prejudicados por pagar uma taxa muito alta e o serviço não responde de acordo. Daí foi necessário que fizessem um poço artesiano para atender a toda a localidade, não só o conjunto, mas também as casas e granjas do entorno do conjunto estão sendo beneficiados. A questão da água já foi uma grande dificuldade para esses moradores. Segundo a ex-líder comunitária do Sapo, o poço foi obra da prefeitura de Camaragibe. Hoje eles passam quatro dias sem água e três com água na torneira. A líder disse que existe um morador responsável pela água. Ele faz toda a manutenção da bomba para os demais moradores, e todo mês ele arrecada desses moradores qualquer valor como contribuição, para ser uma fonte de renda extra e ajudar na manutenção. Resumindo, só existe acúmulo de água na caixa dos apartamentos se tiver equipamento para manusear a água para o reservatório que fica em cima dos blocos. Na Fotografia 23, vê-se o depósito de água, que não funciona; segundo os moradores, está com vazamento, e ninguém faz nada.

Fotografia 23 – Depósito de água sem funcionar

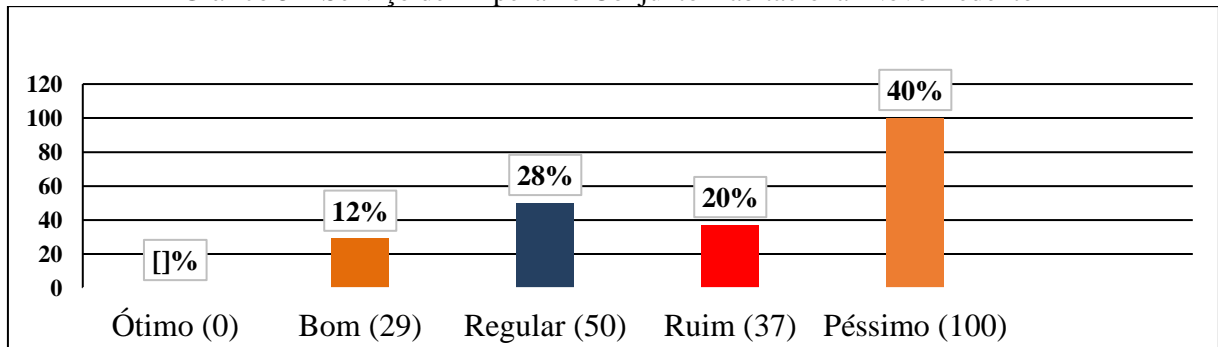


Fonte: Kenedy Adelson, abr. 2018.

No Gráfico 5, podemos ver o resultado obtido na avaliação da limpeza no Conjunto Habitacional feita pelos moradores. Tivemos um percentual de aproximadamente 40% afirmando as péssimas condições de serviço prestado pela empresa que recolhe o lixo no

Novo Redentor; para 20% dos moradores, o tipo de limpeza é ruim; consideram regular 28% por existir essa prática, mas, segundo eles, os próprios moradores não têm educação. Já 12% responderam que esse serviço é bom, mas a culpa estaria no próprio povo, pois não tem educação. Também falaram sobre a falta de um depósito de lixo que os moradores não têm, para facilitar esse tipo de trabalho que é ofertado no conjunto.

Gráfico 5 – Serviço de limpeza no Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

De acordo com os moradores, eles próprios terão de dar um jeito como sempre deram. Essa foi a fala não só de um morador, mas de vários. O saneamento básico é necessário para manter as ruas limpas, manter a higiene tanto do bairro como da cidade, por isso ele é tão necessário. Contudo, existem ruas no conjunto, até no próprio bairro, que não têm um trabalho digno de limpeza.

Com relação ao saneamento, é discutível, pois existe uma rede de esgotos, mas esse esgoto do Novo Redentor é despejado no próprio rio Beberibe (Fotografias 24 e 25).

Onde está o discurso ambientalista de quando surgiu esse projeto? Moradores afirmam que já vieram ao local ambientalistas, representante do FSA e outros representantes, mas nada se fez até então.

Fotografia 24 – Terreno encharcado onde ficam as fossas (em destaque) que recebem todo o esgoto, e drena diretamente para o rio das Pacas



Fotografia 25 – Terreno encharcado sem destaque



Fonte: Kenedy Adelson, abr. 2018.

A respeito da coleta de lixo domiciliar, o Novo Redentor recebe a visita do carro do lixo três vezes por semana (segunda, quarta e sexta-feira), o que é um ponto positivo, mas a forma da coleta de lixo é malfeita, porque ainda fica muita sujeira nas ruas, pois o pessoal apenas recolhe o lixo que as pessoas deixam dentro dos sacos. Não fazem a limpeza das ruas, e há pessoas que colocam seu lixo logo depois da passagem do carro. Desse modo, ressaltamos a importância de, pelo menos, um depósito em cada parte desse conjunto residencial, já que foi um empreendimento planejado por uma visão ambientalista.

As Fotografias 26 e 27 registram o momento da coleta do carro do lixo, na quarta-feira dia 4 de abril de 2018, no Novo Redentor, e depois da coleta.

Fotografia 26 – Registro do momento da coleta de lixo no Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fotografia 27 – Momento registrado imediatamente após a coleta: lixo espalhado no local



Fotografia: Kenedy Adelson, abr. 2018.

Nas Fotografias 28 e 29, podemos ver uma espécie de depósito improvisado pelos moradores do próprio conjunto. Salientamos que não são todos os blocos que têm um depósito improvisado. Tomaram essa medida provisória que acabou tornando-se permanente. O que lhes resta é esperar que um dia o poder público cumpra seus deveres, o que é bem pouco provável, já que nada foi feito até a implantação dessas moradias. Diante dessa inércia, os próprios moradores acabam solucionando os problemas.

Fotografia 28 – Coletor de resíduos sólidos improvisado pelos moradores no Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fotografia 29 – Coletor de resíduos sólidos fotografado de outro ângulo

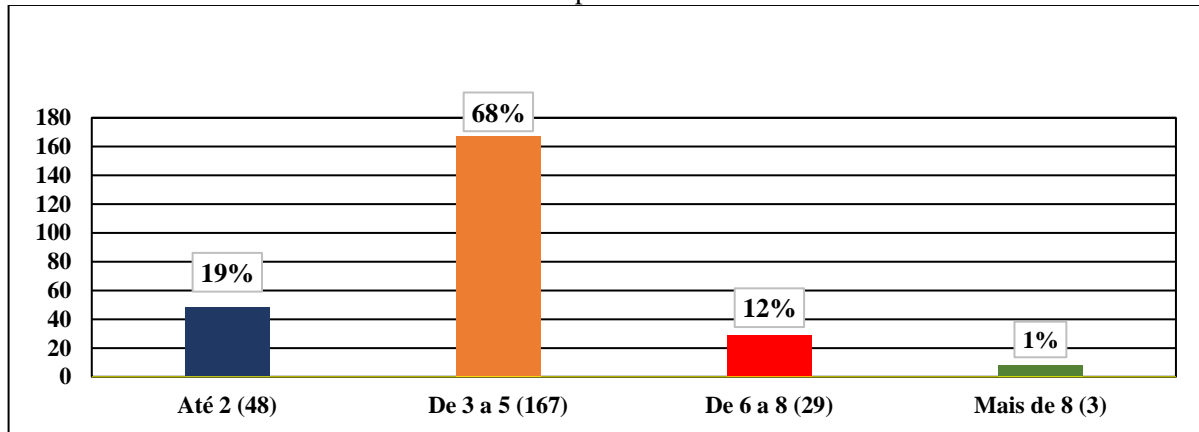


Fotografia: Kenedy Adelson, abr. 2018.

O recolhimento do lixo doméstico é um dos direitos de todos os habitantes de qualquer cidade. No caso do objeto de estudo desta pesquisa, foram os moradores que improvisaram o próprio depósito em um dos blocos. É na base do improvisado que os moradores vão levando a situação. Esse improvisado dá a exata medida das precárias condições de vida, portanto, do relativo abandono por parte do poder público diante dessas populações pobres.

Saindo dessa avaliação da moradia, adentramos um ponto muito importante a respeito da profissão dos chefes de família, que lutam diariamente para colocar a comida na mesa. É importante observar que a profissão deles é bem simples. Para analisarmos essa discussão, foi necessário avaliar separadamente homens e mulheres. Identificamos estas profissões: doméstica, pedreiro, auxiliar de cozinha, recicladores de lixo, bico, aposentados e pensionistas. Por essas profissões, eles ganham dinheiro e sustentam sua família, que nem sempre é pequena, pois chegamos a encontrar apartamento com mais de 8 pessoas para serem alimentadas. No Gráfico 6, podemos ver o número de pessoas em cada residência.

Gráfico 6 – Número de pessoas residentes no imóvel



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

O número de pessoas por imóvel ou apartamento é bem observado. Notamos que em 37 metros quadrados divididos em dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro social moram 3 a 5 pessoas, resposta correspondente a 68% dos moradores. Seguindo-se de até 2 pessoas entre 19% dos moradores e de 6 até 8 pessoas para 12%. Por fim, foi observado 1% que correspondeu a 3 apartamentos onde moram acima de 8 pessoas. Em um desses, moram o pai, a mãe e 8 crianças, totalizando 10 pessoas, que ainda sobrevivem com o Bolsa Família.

Quadro 4 – Ocupação do chefe de família do sexo feminino

Profissão/ ocupação da chefe de família	% de mulheres
Recebe Bolsa Família	27%
Doméstica	16%
Aposentada	12%
Auxiliar de serviços gerais	8%
Cabeleireira	6%
Autônoma	5%
Faxineira	5%
Auxiliar de cozinha	3%
Pensionista	3%
Vendedora	2%
Outros	13%
Total	100%

Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Cada profissão dos 247 entrevistados chefes de família é analisada separadamente; o Quadro 4 analisa 86 mulheres, correspondendo a 35%. No Quadro 5, são 161 homens (65%); são profissões em que, na maioria das vezes, prestam serviços na própria região de Aldeia. No Quadro 4, apresentamos um número de pessoas que vive apenas de programas sociais, por exemplo o Bolsa Família e demais programas sociais que ainda consigam gerar uma espécie de renda extra para atender às necessidades da casa, e tentar sobreviver com isso.

O Quadro 4 traz um dado de suma importância no que diz respeito ao papel da mulher na realidade atual da sociedade brasileira. Ainda que a maioria dos domicílios seja chefiada por homens, neles 35% têm as mulheres à frente, número bastante significativo que mostra seu papel como provedoras e cada vez mais conquistando espaços, inclusive no mercado de trabalho. Não podemos perder de vista que tal realidade é, também, decorrência, das políticas afirmativas dos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família; e ainda que financeiramente não signifique a autonomia feminina, sem dúvida dá um importante passo no caso de famílias muito pobres.

Programas sociais como o Bolsa Família, quando bem implementados, podem contribuir para minimizar os problemas sociais, pois sua execução está condicionada à frequência das crianças à escola e, assim sendo, pode funcionar como um estímulo ao desenvolvimento social. O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei n.º 10.836/2004, tendo os seguintes objetivos de cunho social: o combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover a segurança alimentar. Também o acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de sustento dessas famílias.

Ainda observando o papel exercido pelo chefe de família, no Quadro 5, referente ao sexo masculino, vemos as principais profissões: ajudante de pedreiro, pedreiro, caseiro, jardineiro, porteiro e autônomo entre outros serviços (Quadro 5). Esses serviços, na maioria, são ofertados na própria região estudada em Aldeia. Serviços prestados à classe média e alta é muito forte nessa região, como vimos em Silva (2015).

Quadro 5 – Ocupação do chefe de família do sexo masculino

Profissão/ocupação do chefe da família	% de homens
Pedreiro	16 %
Caseiro	9%
Ajudante de pedreiro	16%
Aposentado	8%
Autônomo	7%
Auxiliar de serviços gerais	7%
Jardineiro	6%
Porteiro	5%
Agricultor	4%
Vendedor	3%
Bico	3%
Artesão	1%
Beneficiado	1%
Carpinteiro	1%
Reciclável	1%
Outros	12%
Total	100%

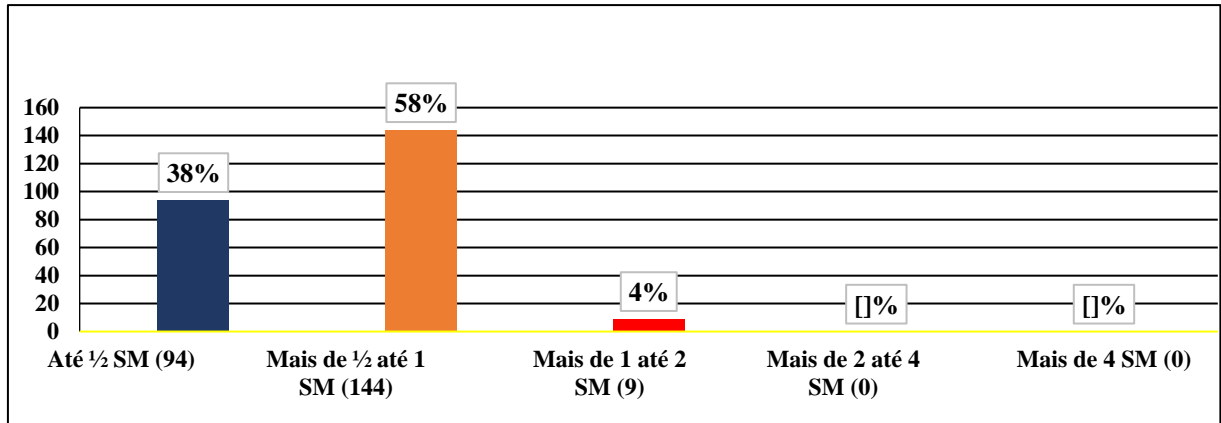
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

O emprego do chefe de família, que foram observados nos quadros tanto homem quanto mulheres, representa a maior parte dos trabalhadores em condomínios e granjas em Aldeia. Como já mencionado, notam-se muitos porteiros, jardineiros, caseiros, doméstica, faxineira e outros. Muitos desses entrevistados trabalham na própria região; mas para Silva (2012), a presença da classe média em Aldeia exerce importância na vida dos trabalhadores e sobre a economia local gerando empregos e oportunidades que, como foi demonstrado, absorvendo parte significativa dos moradores locais, trazendo a geração de empregos, como foi demonstrado, principalmente no bairro de Vera Cruz.

O Gráfico 7 mostra claramente que a renda da população residente nesse conjunto é baixa, principalmente se formos comparar com a das pessoas que residem nos espaços próximos ao centro do bairro de Vera Cruz, ou nas áreas de luxo, com suas mansões e carros caros, com cercas vigiadas e piscinas, além de outras formas de ostentação como vimos alguns momentos neste trabalho na seção 3. Percebemos que, segundo Silva (2015) e outros

autores que estudam esse fragmento, nem sempre morar em área de amenidades, como no caso de Aldeia, torna-se sinônimo de qualidade de vida principalmente para esse público de classe baixa.

Gráfico 7 – Renda familiar (em salário mínimo – SM) dos moradores do Conjunto Habitacional Novo Redentor



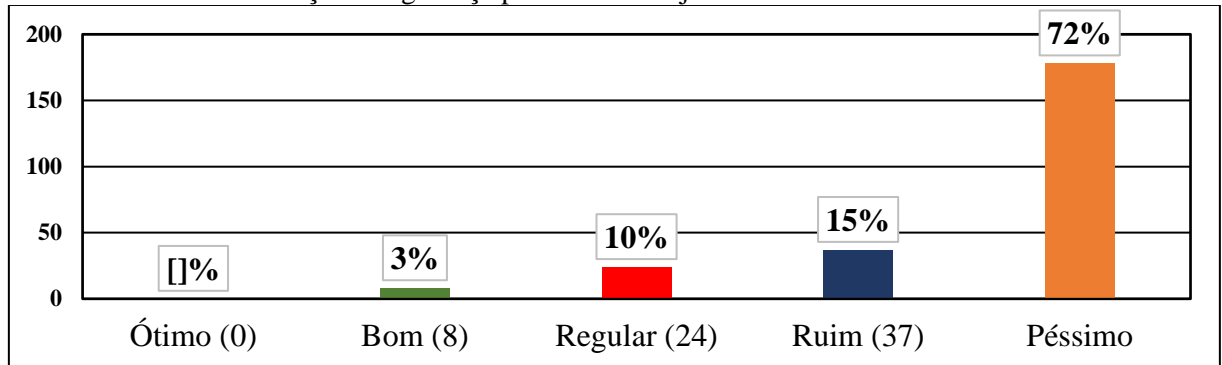
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Como podemos ver, a média da renda familiar ficou em torno de mais de meio salário mínimo até um salário mínimo. O fato é que existem também pessoas vivendo naquela ocupação de até meio salário mínimo; enquanto os que recebiam acima de um salário mínimo até dois apareceu nesse lugar.

Do ponto de vista da renda familiar dos moradores do conjunto, como nos mostra o Gráfico 7, declararam 58% que recebem de meio até 1 salário. Esses entrevistados declararam que a renda familiar é complementada pelo salário ou outros rendimentos como os que se declaram beneficiados, que recebem ajuda do governo. Enquanto 38% dos entrevistados informaram que a renda familiar estava inferior ou igual a meio salário mínimo. Para 4% deles, a renda estava entre um e dois salários mínimos. Para 0%, a renda familiar está entre dois e quatro salários. Por fim, a renda familiar estava acima de quatro salários mínimos para 0% deles.

No Gráfico 8, podemos visualizar a avaliação da segurança no Conjunto Habitacional. Cada dia existe um déficit na segurança pública. Em todos os lugares, aumentam os assaltos, furtos e homicídios. Isso se revelou no resultado desta pesquisa, principalmente nesta parte. Praticamente, no conjunto não existe segurança, o que se torna uma contradição por apresentar no projeto e no recurso do PAC I posto de segurança apresentado neste trabalho na subseção 4.2.

Gráfico 8 – Serviço de segurança pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor



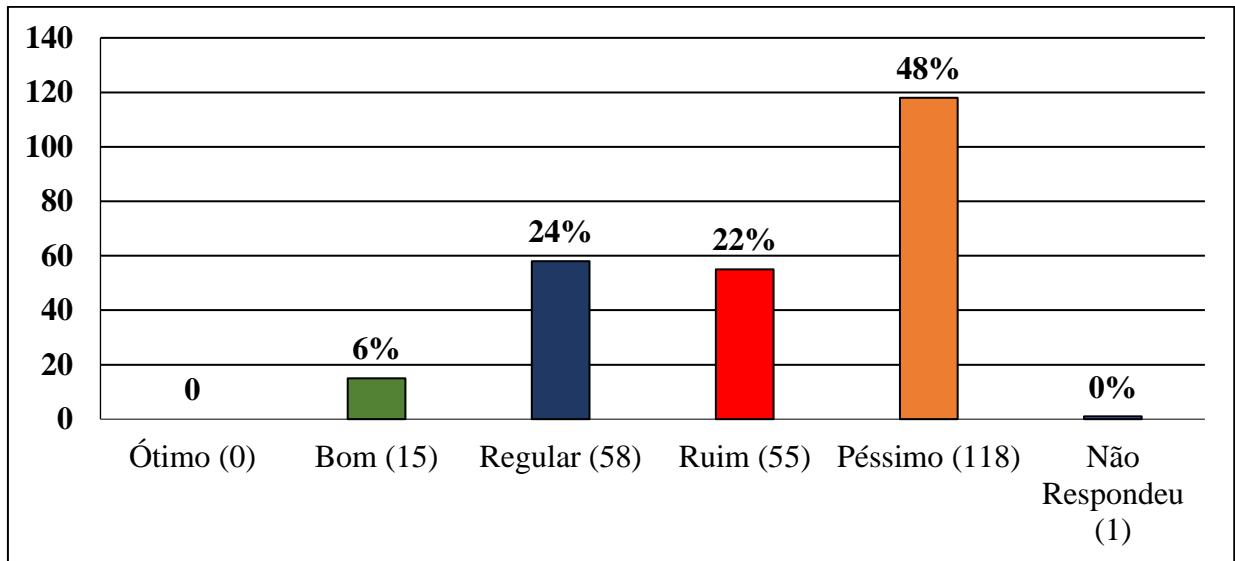
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Podemos ver que 72% dos entrevistados responderam que a segurança naquele conjunto é péssima. Admitiram estar ruim 15% dos respondentes. Esse serviço é regular para 10% e apenas 3% responderam que esse tipo de serviço é bom. Tais números falam por si só, o que evidencia, mais uma vez, o caráter de exclusão social e de segregação induzida dessa população.

Com relação à saúde, está precária como em toda a Aldeia. Não existem médicos especializados suficientes para dar conta da população, eles só conseguem atender aos casos urgentes. Para a área do conjunto, existe um posto de saúde, no mesmo bairro, mas em outro local. Essa precariedade é um problema, pois se um indivíduo tomar um medicamento errado, isso pode piorar a situação ao invés de fazê-lo melhorar.

Atualmente, o prefeito da cidade de Camaragibe reabriu o Centro Médico de Especialidades (Cemec) de Vera Cruz e colocaram médicos nos postos para ver se melhora o atendimento. A coisa não poderia ser fácil, pois, de acordo com os moradores, o atendimento é comprometido, porque nunca tem remédio e para ser atendido tem de acordar muito cedo para pegar ficha; muitas vezes tem de dormir lá para conseguir uma ficha pela manhã. Para o conjunto habitacional, estava previsto um posto de saúde, mas não passou do papel. No Gráfico 9, podemos ver a avaliação do serviço de saúde pública.

Gráfico 9 – Serviço de saúde pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018.

Segundo 22% está ruim, não cumpriram o que foi prometido, não passou de projeto. Para 24% dos respondentes, o serviço de saúde foi classificado como regular, sendo tal classe exatamente a metade do total dos que responderam a opção “péssimo”. Para os que apontaram tal serviço como péssimo, os motivos destacados foram a falta de estrutura, de medicamentos e de atendimento. Outra questão é o serviço que os agentes de saúde fazem no local. Segundo os moradores, esse serviço continua ausente. A unidade básica de saúde que atende esse conjunto situa-se em uma espécie de residência local distante do conjunto, com mau funcionamento, faltando medicamentos e algumas especialidades de consulta.

No projeto para implantação do conjunto, previa-se a construção de um posto de saúde, para atender os moradores do conjunto estudado e todo aquele loteamento. Hoje a prefeitura de Camaragibe cedeu uma residência para atender a todos os moradores do conjunto (Fotografias 30 e 31).

Fotografia 30 – Residência antiga para abrigar um posto de saúde no município



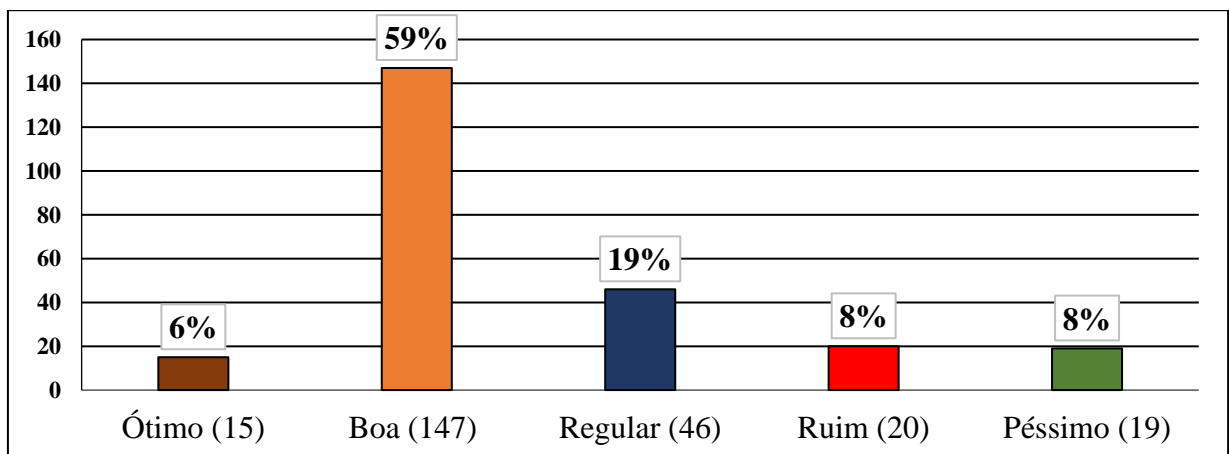
Fotografia 31 – Unidade Básica de Saúde que atende o Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Kenedy Adelson, abr. 2018.

No Gráfico 10, pesquisamos a questão de escolas no conjunto residencial. Embora o projeto contemple creche ou anexos para atender essa população, na prática, não existe nada até o presente momento, só consta no projeto. Há, podemos dizer assim, um processo de espoliação sofrido por essa população, e as ações do poder público, quando ocorrem, são muito pontuais e estão longe de atender as necessidades reais da população.

Gráfico 10 – Oferta de escola pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, abr. 2018

Já sobre essa parte, o que de fato estava no projeto, especialmente na subseção 4.2, podemos notar que, em relação ao sistema de educação, é inexistente no conjunto habitacional, mas toda a região do conjunto e toda a comunidade do bairro de Vera Cruz é atendida pela Escola Municipal São José. Na RPA-5, há mais quatro escolas, das quais, três

são estaduais: Escola Torquato de Castro, Escola de Referência de Ensino Médio Tito Pereira de Oliveira e Escola Estadual Major Lélío, e uma municipal: Escola Municipal Rita Neiva de Oliveira.

A Escola Municipal São José oferece turmas de anos iniciais, do 1.º ano ao 9.º ano, e à noite outras modalidades, e ônibus escolar (Fotografias 32 e 33). Enquanto a Escola Torquato de Castro oferece turmas de 5.ª à 8.ª séries, além de Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, como mostrado no Gráfico 3 que o maior índice dos moradores chefes de família é de analfabetos.

Fotografia 32 – Escola Municipal São José



Fotografia 33 – Ônibus escolar que atende o conjunto



Fotografia: Kenedy Adelson, abr. 2018.

Segundo 59% dos moradores entrevistados, a oferta do serviço de escola no local é boa. Regular, ruim e péssimo para 19%, 8% e 8% respectivamente. Os 6% dos entrevistados colocaram a opção ótimo; relatam que é pelo fato de seus filhos estarem na rede de ensino privado, em que eles conseguem pagar para terem uma educação um pouco melhor, mas não é todo mundo que tem essa oportunidade para colocar seus filhos nesse tipo de sistema (particular). Como já vimos, apesar da boa avaliação da escola pública, tem-se tornado um desafio para quem deseja estudar. Muitas mães que moram no conjunto narraram que enfrentam dificuldade em matricular os filhos por estarem superlotadas as escolas.

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que o referido conjunto é muito carente, excluído pelos agentes sociais, também pelo poder público. O conjunto habitacional apresenta muitos problemas que os próprios moradores tentam solucionar, por exemplo, depósito de

lixo, questões da água, abaixo-assinado para que o transporte municipal possa atender a essa área e até outras questões.

Como eles mesmos disseram, vivem por conta própria, e o que é mais lamentável é que essa circunstância vem perdurando por mais de sete anos, desde sua implantação em 2010 até os dias atuais; sem previsão de se pôr um fim a essa condição imposta a essas pessoas. Em vista disso, o que deve ser feito para minimizar essas condições negativas é o poder público, principalmente local, implantar melhorias naquele ambiente, ao invés de fingir que o Novo Redentor não faz parte da configuração espacial de Vera Cruz.

É preciso que aquelas pessoas tenham os direitos que todos os cidadãos têm quanto à limpeza, ao saneamento de verdade, não algo improvisado; ruas pavimentadas, medidas de segurança, com rondas policiais diárias; investimentos na área de Educação e Esportes para que as crianças e adolescentes tenham uma perspectiva de vida, possam sonhar com um futuro melhor, em vez de ficar consumindo drogas ou cometendo delitos. A sociedade e os governantes precisam pensar mais nessas pessoas e amenizar essa condição negativa. É necessário pensar que elas também fazem parte da sociedade aldeense e merecem ser tratadas com respeito e dignidade.

5.2 Como ficaram ou ainda estão os territórios das comunidades que em tese foram removidas?

As áreas delimitadas em vermelho nas Figuras 7, 8 e 9 correspondem ao território das comunidades removidas para o conjunto residencial no bairro. Entre 2011 e 2013, como já mencionado neste trabalho, houve a remoção de parte da população de Rio das Pacas. A Figura 7 mostra a ocupação ao longo do leito do rio. Essas famílias viviam em péssimas condições, inclusive com relevo muito íngreme.

Diferentemente das duas comunidades anteriores, o Córrego do Sapo localiza-se em uma área de maior densidade urbana à sua volta, mas da mesma forma que as outras, sua ocupação se constituiu ao longo do curso de um pequeno rio. Como já dissemos, esses rios são nascentes do rio Beberibe e essa ocupação irregular compromete a sobrevivência de toda a bacia. A remoção das famílias tinha, portanto, um sentido ou propósito socioambiental.

Figura 7 – Ocupação irregular na comunidade do Rio das Pacas em 2010



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

Figura 8 – Ocupação irregular na comunidade de Piin em 2010



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

Figura 9 – Ocupação irregular na comunidade do Córrego do Sapo em 2010



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

A seguir notamos que as residências que havia nas Figuras 10, 11 e 12 desapareceram por causa da desapropriação que ocorreu nos anos de 2011 a 2013. Desse modo, a vegetação local de espécie de mata atlântica está voltando para seu lugar de origem especialmente nas três comunidades (Figuras 10, 11 e 12).

Figura 10 – Recuperação vegetal depois de 5 anos aproximadamente na comunidade do Rio das Pacas, 2016



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

forma de ocupação humana atualmente; afinal de contas, a remoção da população tinha por finalidade preservar área de nascente do rio Beberibe, tal como já expusemos. Entretanto, seja por meio de entrevistas, seja nas observações em campo e registros fotográficos, constatamos que nem toda a população de lá foi contemplada e, nesse caso, continuou a morar na área.

Fotografia 34 – Áreas da antiga comunidade do rio das Pacas, abril 2018: área cercada por agricultura de subsistência



Fotografia 35 – Área com resquícios de uma residência desapropriada



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Fotografia 36 – Local para futura residência



Fotografia 37 – Vegetação local



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Exceto pelas imagens aéreas, as quais, aliás, mostram uma sensível recuperação da vegetação da mata ciliar em alguns trechos outrora ocupados pelas comunidades, quando nos aproximamos da área pelo chão, a situação se mostra bem preocupante. Isso porque não

verificamos alguma ação de recuperação das condições ambientais dessa área e o pior: nem todas as famílias residentes nessas comunidades à época da implantação do conjunto Novo Redentor foram contempladas, logo uma parcela ficou lá nas nascentes do rio Beberibe, além de nos últimos anos terem chegado novos moradores que têm instalado de forma precária novas habitações, fazendo a precariedade se repetir em um lugar e em outro.

Essa situação revela um conjunto de fragilidades a que não só a população do Conjunto Residencial Novo Redentor está exposta, como também as famílias que continuam a habitar essa área. Se para o primeiro caso vale qualificar como agentes sociais excluídos, nos termos teóricos discutidos por Corrêa (1995), isso fica mais evidente para o caso da comunidade do Rio das Pacas e, por que não dizer, para as outras duas comunidades também.

Outra comunidade é Piin. Ela foi a última comunidade que chegou ao Conjunto Habitacional Novo Redentor. O local é muito acidentado, muito íngreme, a vegetação local bem presente. A seguir, podemos observar nas Fotografias 38, 39, 40 e 41, especialmente na comunidade do Piin, uma das comunidades que foram relocadas, novos moradores se instalando nessas áreas que já haviam sido desapropriadas, ou seja, está formando-se outra ocupação. As residências são de aparência nova, construídas em cima de outras. Se as políticas que fizeram a retirada das comunidades do local não fiscalizar, essas áreas serão tomadas por esses novos moradores.

Fotografia 38 – Área da comunidade do Piin, abril 2018: bar em funcionamento



Fotografia 39 – Residência nova em área de risco



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Fotografia 40 – Outra residência nova em área de risco



Fotografia 41 – Área de uma residência antiga



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

A seguir temos a última comunidade, a do Córrego do Sapo. Ela se localiza no centro do bairro de Vera Cruz. Foi a primeira comunidade a ser removida para o Conjunto Novo Redentor, mas nem por isso ela deixou de existir desde então. O que colocamos em questão aqui não é simplesmente a retirada desses moradores como se fossem qualquer objeto, mas a forma equivocada ou errônea da política pública que promove toda uma mudança de centenas de famílias, transferindo-as para uma nova área de moradia sem prover as condições mínimas de infraestrutura e serviços urbanos.

De outro lado, o discurso ambientalista que legitimava tal ação não foi levado a sério o suficiente para que, de fato, não houvesse mais hoje em dia qualquer ocupação irregular nas áreas de nascentes do rio Beberibe. Porém, na prática, observamos nas Fotografias 42, 43, 44 e 45, que essa área era cheia de residências com difíceis condições para morar.

Segundo moradores do Conjunto Habitacional, no Córrego do Sapo, também tem casas como nos outros locais (Piin e Rio das Pacas).

Fotografia 42 – Córrego do Sapo: Avenida Vera Cruz, principal do bairro



Fotografia 43 – Construções que permaneceram



Fonte: Kenedy Adelson, abr. 2018.

Fotografia 44 – Vegetação restaurando-se nesse local



Fotografia 45 – O esgoto que enchia as casas em época da chuva



Fonte: Kenedy Adelson, abr. 2018.

Finalizamos a caracterização de modo geral das comunidades estudadas neste trabalho. Agora podemos passar à questão da implantação do Conjunto Habitacional, que, por outro lado, observamos ser essa a principal forma de moradia em casa própria. Esse fato ocorre em razão de o local ser desvalorizado e servir justamente para abrigar a classe inferior comparando com as outras áreas de Aldeia. Dessa forma, Corrêa (1995) afirma que, por não ser uma área considerada boa diante dos olhos da sociedade, a qual detém o poder do capital, torna-se uma terra barata, assim como seus imóveis também o serão. Os promotores imobiliários não investem em áreas assim por acreditar que não lhes trará lucro algum, haja vista ser considerada uma área marginalizada aos olhos dos agentes imobiliários.

Na Figura 13, notamos a evolução claramente da área do conjunto em 2006, antes de ser implantado o referido conjunto. Podemos afirmar que essa área de característica agrícola, que serviu de subsistência para a família local, aos poucos vinha sendo ocupada.

Figura 13 – Área antes do início da construção do Conjunto Habitacional Novo Redentor, 2006



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

Observamos na Figura 14, no ano de 2010, o recorte já com a implantação do conjunto para atender a essas comunidades já estudadas.

Figura 14 – Área durante a construção do Conjunto Habitacional Novo Redentor, 2010



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

Na Figura 15, vê-se o recorte no ano de 2016 com os moradores já ocupando seu apartamento nesse local. Foram entregues cada uma das residências atendendo assim as comunidades mais desfavoráveis de Aldeia que se situa nas nascentes do rio Beberibe.

Figura 15 – Área depois da construção do Conjunto Habitacional Novo Redentor, 2016



Fonte: Google Earth, maio 2018.

Nota: Área destacada com vermelho.

A seguir, visualizamos nas Fotografias 46 a 51 o Conjunto Habitacional Novo Redentor em vários ângulos. A chegada foi feita por meio de solicitação que houve para uma emergencial para o Córrego do Sapo causada por fortes chuvas como já vimos. Houve restrição acerca do sorteamento dos apartamentos para ocupar as partes de baixo ou de cima. A ocupação seguiu uma regra em que pessoas idosas ou deficientes, que não pudessem subir escadas, e as que tivessem mais de 2 crianças, ocupassem a parte de baixo. Em cima, só se permitia casal e família com até 1 criança. Para o cadastro, exigia-se título de eleitor, dados dos filhos, da mãe, do marido (quando tivesse esposo); de tudo foi pedido e analisado, por exemplo: comprovante de residência.

Fotografia 46 – Conjunto Habitacional Novo Redentor visto de um ângulo



Fotografia 47 – Conjunto Habitacional Novo Redentor visto de outro ângulo



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Fotografia 48 – Puxadinho feito por moradores para complementar a residência



Fotografia 49 – Puxadinho para aumentar o tamanho da residência e lixo espalhado



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Fotografia 50 – Puxadinho e rua com lixo e entulhos



Fotografia 51 – Falta de limpeza na rua



Fonte: Kenedy Adelson, maio 2018.

Houve muitas reuniões antes de se ocupar os apartamentos. Quando já estavam ocupados, faziam muitas palestras e minicursos profissionalizantes, e muitos projetos para a comunidade que foi relocada de acordo com os próprios moradores. Fizeram curso de confeitaria, reaproveitamento de alimentos, ensinaram a fazer o próprio sabão. Tudo isso e mais fizeram no Conjunto Habitacional visando à carreira desses moradores. Teve também aula de etiqueta. Contudo, muitos moradores acabavam nem participando. Eram poucos os que se interessavam em fazer esses minicursos. Os moradores recebiam o certificado (Fotografia 52).

Fotografia 52 – Certificado de curso realizado pela Cehab, setembro 2013



Fotografia: Kenedy Adelson, maio 2018.

As dificuldades encontradas no início foram entre os próprios moradores, a respeito do barulho do som, sobre a educação de jogar seu lixo no lugar adequado, o que muitos ainda não fazem. O carro recolhe o lixo em três dias da semana (segunda, quarta e sexta-feira), mas é insuficiente; de acordo com moradores, as pessoas praticamente esperam o carro passar, para depois jogar novamente, como já vimos na subseção 5.1.

No conjunto, tem problemas de transporte, de saúde, de coleta de lixo e de iluminação. No projeto tinha tudo isso: uma creche com fraldário, até mostraram os slides aos moradores,

praças para a comunidade, posto de saúde, além de uma guarita com segurança. Como é que fazem um conjunto residencial sem nada no social para a comunidade?

Esse conjunto residencial tem muitas irregularidades. Primeiro, não foi sequer inaugurado. A Caixa Econômica Federal e a prefeitura de Camaragibe não aceitam que se inaugure em razão dessas irregularidades, a falta do que foi prometido, e nada fizeram. Foi notificado que o esgoto vai direto para o rio das Pacas, causando mau cheiro. Ruas sem pavimentação, muitos terrenos invadidos, porque sobraram e não fizeram o que havia para fazer.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos neste trabalho, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as condições da vida urbana no Conjunto Habitacional Novo Redentor, bem como as contradições e os obstáculos referentes ao processo de remoção de populações das comunidades do Córrego do Sapo, Rio das Pacas e o Piin para esse conjunto. Dessa forma, procuramos provocar a reflexão acerca de outra Aldeia que vai muito além das imagens anunciadas nas propagandas imobiliárias, nas ideias mais comuns que fazemos sobre a paisagem desse fragmento do Oeste Metropolitano do Recife.

Por meio dos dados trazidos na pesquisa, pudemos constatar que há outra realidade socioeconômica em Aldeia, cujas contradições socioespaciais saltam aos olhos pela precariedade das condições de vida relacionadas com a extrema carência de infraestrutura e serviços urbanos básicos em um conjunto habitacional popular, que mal completou oito anos de construído, e a degradação das suas instalações físicas, combinada com a ausência do Estado em vários aspectos, é o exemplo maior de contradições socioespaciais que aqui foram analisadas. Se para alguns Aldeia é vendida como um novo estilo de vida, nesta pesquisa pudemos investigar uma realidade que mostra o lado mais pobre dessa parte rica, que tem condições de desigualdade e contradição bem semelhantes com outros contextos geográficos da Região Metropolitana do Recife.

Constatamos que serviços públicos básicos para a vida urbana, como coleta de resíduos, oferta de escolas, postos de saúde, creche, saneamento, transporte coletivo e segurança pública, todos, sem exceção, não correspondem ao que esperavam os moradores do novo conjunto habitacional, onde, pelo projeto, tudo isso deveria ter sido atendido em tempo. Essa inoperância em atender as necessidades mais básicas dos pobres vai muito além da questão do direito à cidade, é mais um desrespeito a alguns direitos humanos. Consideramos que ter direito à cidade é desfrutar esses serviços e a infraestrutura urbana em boa qualidade e regularidade, mas em uma realidade onde falta o básico, parece-nos mais adequado falar em atender essas populações como respeito aos direitos humanos, a uma vida digna, justa e decente.

Os problemas típicos do conjunto habitacional passam a fazer parte do cotidiano da localidade: violência, transporte, pobreza, drogas, etc. Dessa forma, verificamos que o conjunto residencial é muito carente, excluído pelos agentes sociais, também pelo poder

público. Ele apresenta muitos problemas que os próprios moradores tentam solucionar. Questões como a água, outros problemas identificados nas ruas, iluminação, saúde, segurança. Ausência de equipamentos comunitários e de lazer.

Um fator crucial são as ruas, que não foram calçadas como deveria, e o transporte público não tem condições de trafegar. Com isso, a mobilidade torna-se reduzida até mesmo de transporte particular (carros, motos), pois o transporte público, de fato, não atende esse loteamento onde está o conjunto, por causa da inexistência da pavimentação nas ruas principais que dão acesso. Dessa forma, há uma imensa dificuldade de locomoção dos moradores de seu apartamento para as demais áreas do bairro, principalmente no que diz respeito aos idosos e às crianças. Por essa razão, fomos além da denúncia de que esse abandono seria a total falta de direito à cidade, é mais que isso, é falta de direitos humanos.

No quesito de serviço de limpeza, a situação é bem difícil também, pois, por ter sido mal esquematizado, em muitas ruas não existe um local adequado para jogar lixo a não ser em alguns que se atreveram a improvisar depósitos de lixo. Os dejetos das casas são colocados em uma fossa onde o resíduo (chorume) é jogado no próprio rio Beberibe e acaba gerando outro problema, o mau cheiro. Por sua vez, a ausência na iluminação pública cria uma situação de completa escuridão à noite. De um lado, a prefeitura de Camaragibe se esquivava do problema, de outro, os moradores alegam não ter condições de custear a iluminação externa. O resultado é a escuridão total, o que expõe os moradores a risco de assaltos, acidentes e outros problemas.

Logo, fica claro que o conjunto necessita que medidas urgentes sejam tomadas, pois não é justo que a classe dominante nessa região viva bem com todas as regalias e direitos, e a classe de baixa renda sofra com tanta discriminação, vivendo no mesmo espaço, na mesma região de Aldeia. É necessário que sejam implantadas políticas públicas para que essas pessoas possam ter uma vida digna.

O poder público, principalmente o local, precisa parar de fechar os olhos para um problema que está bem à sua frente e tomar atitudes para resolver a situação. Assim, é preciso proporcionar alguns serviços para a população. Por exemplo, melhorar o acesso às ruas principais, procurar fiscalizar a coleta de lixo, a importância de sensibilização em colocar depósitos de lixo, para facilitar o recolhimento e deixar o ambiente mais agradável, evitando doenças, pragas e animais. Urge o empoderamento de líderes comunitários que lutem de forma autônoma e com menos assistencialismo perante a classe política.

Melhorar o serviço de segurança pública, pondo policiais para fazer rondas periódicas na área, para tentar conter a violência. Futuramente, seria interessante um posto policial, como previa o projeto inicial, pois só assim haveria um controle mais adequado. Para não vermos a questão da segurança pública apenas como uma questão de polícia, é preciso que também a ação da polícia venha acompanhada da melhoria dos serviços públicos aqui analisados, bem como das condições de infraestrutura urbana do conjunto habitacional e seu entorno. O fundamental é que o poder público local e a sociedade passem a tratar as pessoas de forma correta, como cidadãos que merecem ter uma vida de qualidade.

Contudo, não é apenas no quesito infraestrutura que a situação necessita ser melhorada, é mais que isso, é preciso mudar o quadro social. Percebemos o nível de analfabetos e não concluintes do ensino fundamental básico. Projetos sociais para essa área, envolvendo a preocupação com as pessoas e com o meio ambiente, se bem encaminhados, podem funcionar como um incentivo para que as pessoas acreditem nessas melhorias e lutem por elas. A criação de associação de moradores combativa seria um bom começo, pois assim haveria mudanças significativas na capacidade dessas pessoas estabelecerem uma interlocução com o poder público e com a sociedade civil, reivindicando melhor seus direitos, ocasionando, dessa maneira, uma mudança social.

Outro ponto importante é ainda a presença de casas nas antigas comunidades removidas, pois estão voltando a ocupar esses espaços, que um dia foi removida pelo discurso ambientalista, e na prática essas áreas não estão sendo mais respeitadas, estão menos fiscalizadas como deveriam. Neste momento precisam criar estratégias para a não ocupação dessas áreas, comecem a transitar nesses locais de onde retiraram as famílias e implantar novo projeto como um de reflorestamento, pois estivemos no local e nada disso foi feito. É a própria vegetação que, aos poucos, vai erguendo-se novamente, mas ainda está sob ameaça.

As imagens aéreas mostram que muito da vegetação se recuperou, mas como desde sempre continuam as ocupações irregulares em áreas de fundo de vale, que tanto põem em risco a vida desses moradores quanto comprometem o meio ambiente da bacia do rio Beberibe, seria muito bom que pensássemos em uma saída que deixassem as nascentes retomar seu lugar na natureza.

Para encerrar, não poderíamos deixar de mencionar que a agressão ao meio ambiente na região de Aldeia está longe de ser praticada apenas pelas populações pobres que habitam em área de nascente de rios e da mata ciliar. Ora, isso também ocorre nos chamados

condomínios exclusivos de alto padrão nessa região, para os quais o poder público tem fingido não se dar conta do problema.

Como se nota, a pesquisa abriu muitas frentes e tem muitos campos de investigação que ficam em aberto para estudos futuros. Neste momento, ao trazer alguns dados sobre a dura e contraditória realidade vivenciada pela população do Conjunto Habitacional Novo Redentor e sem perdermos de vista, mesmo rapidamente, as três comunidades de onde advieram seus moradores, esperamos ter provocado o leitor com algumas inquietações sobre que Aldeia é essa, que ainda temos muito a investigar, se quisermos compreender um pouco mais da sua realidade. O desafio está lançado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Karina Nogueira de. **O lugar em Aldeia**: significado, valores, percepções e atitudes dos moradores dos condomínios residenciais em Aldeia, Camaragibe, PE. 2006. 300 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CAMARAGIBE. **Lei Municipal n.º 032/97**, de 31 de dezembro de 1997. Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Camaragibe. 1997. Disponível em: <http://camaragibe.pe.transparenciamunicipal.online/uploads/5126/1/atos-oficiais/1997/leis/LEI_032.1997_CAMARAGIBE.PDF>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **Lei Municipal n.º 299**, de 11 de outubro de 2006. Lei de bairros. Institui as Regiões Político-Administrativas e os bairros do município de Camaragibe. Lex: Legislação Municipal, Camaragibe, 2006.

_____. **Lei Complementar n.º 341/2007**. Institui o Plano Diretor do Município de Camaragibe e estabelece as diretrizes para a sua implementação. Camaragibe, 2007. Disponível em: <<http://www.camaragibe.pe.gov.br/mdocs-posts/plano-diretor-2007/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Prefeitura. **Plano Plurianual (PPA) 2018-2021**. Camaragibe, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. 2. ed. São Paulo: FFLCH, USP, 2017. Disponível em: <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole_.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIRA, Eder. **Segregação sócio-espacial**: proposta para um estudo de caso sobre a Grande Terra Vermelha, Vila Velha, ES, Brasil. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino). cap. 3, p. 25-44.

MAIORES bairros de Camaragibe. **População.net.br**, c2013. Disponível em: <http://populacao.net.br/os-maiores-bairros-camaragibe_pe.html>. Acesso em: 4 fev. 2018.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição urbana-rural**: o caso da região metropolitana do Recife, PE. 2008. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 8.591/1982**. Dispõe sobre a criação do município de Camaragibe e seu desmembramento do município de São Lourenço da Mata. Recife, 1982.

_____. Política Estadual de Recursos Hídricos, 1997. **Qualidade de Água nos Rios e Mananciais**. Disponível em: < http://www.apac.pe.gov.br/down/PERHPE_volume4.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Secretaria das Cidades. **Gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Beberibe Pernambuco**. Recife, [2008]. Disponível em: http://www.cidades.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=12898&folderId=136052&name=DLFE-11880.pdf >. Acesso em: 23 jan. 2018.

RODRIGUES, Rodrigo da Silva. A ação dos agentes produtores do espaço urbano em Teresina-PI: um diagnóstico a partir dos planos diretores urbanos. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3 especial, p. 230-242, fev. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. A (re) produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava, PR. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Ailson Barbosa. **Dinâmica de periurbanização na franja urbana-rural de Camaragibe**: transformações espaciais e condição ocupacional dos moradores pobres num quadro de desigualdade social. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

_____. A questão periurbana e o novo espaço de oportunidades da região metropolitana do Recife: o caso de Aldeia, Camaragibe/PE. **Revista Percursos**, Maringá, v. 4, n. 1, p. 85-98, 2012.

_____. **A reconfiguração de uma periferia de amenidades**: à procura da natureza em Aldeia, Camaragibe, PE. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara, SP. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro, SP: Unesp; Ageteo, 2006. p. 231-246.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa**: a atuação dos agentes imobiliários. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Geográficas, Setor de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO TABULADO

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do estudante Kenedy Adelson Lopes da Silva, que analisa as contradições socioespaciais do Conjunto Habitacional Novo Redentor, no bairro de Vera Cruz, em Aldeia, município de Camaragibe, PE

Questionário com os moradores

Data ____/ ____/ 2018

Bloco 1 a 57

1. Sexo:

(**161**) masculino (**86**) feminino **Total 247.**

2. Escolaridade: **Total 247**

(**63**) analfabeto

(**125**) ensino fundamental incompleto

(**10**) ensino fundamental completo

(**18**) ensino médio incompleto

(**30**) ensino médio completo

(**1**) ensino superior incompleto

(**0**) ensino superior completo

3. Quantidade de pessoas residentes no imóvel: **Total 247**

(**48**) até 2 (**167**) de 3 a 5 (**29**) de 6 a 8 (**3**) mais de 8

4. Qual a atividade remunerada exercida pelo chefe da família?

Profissão/ocupação do chefe da família	Quantidade/Feminino
Recebe Bolsa Família	23
Doméstica	14
Aposentada	10
Auxiliar de serviços gerais	7
Cabeleireira	5
Autônoma	4

Faxineira	4
Auxiliar de cozinha	3
Pensionista	3
Vendedora	2
Outros	11
Total	86

Profissão/ocupação do chefe da família	Quantidade/Masculino
Pedreiro	25
Caseiro	15
Ajudante de pedreiro	26
Aposentado	13
Autônomo	11
Auxiliar de serviços gerais	11
Jardineiro	10
Porteiro	8
Agricultor	7
Vendedor	4
Bico	4
Artesão	2
Beneficiado	2
Carpinteiro	2
Reciclável	2
Outros	19
Total	161

5. Renda familiar (em salário mínimo - SM): **Total 247**

(**94**) até ½ SM (**144**) + de ½ até 1 SM (**9**) + de 1 até 2 SM
 (**0**) + de 2 até 4 SM (**0**) + de 4 SM

6. Reside há quanto tempo neste conjunto? **Total 247**

Mais de 7 anos	13
Mais de 5 anos até 7 anos	163
Mais de 3 anos até 5 anos	49
Mais de 1 ano até 3 anos	10
Mais de 6 meses até 1 ano	7
Menos de 6 meses	5
Total	247

7. Onde residia antes de morar neste conjunto?

Local de residência anterior	
Comunidade Córrego do Sapo – Aldeia / Camaragibe – PE	99
Comunidade Pacas – Aldeia / Camaragibe – PE	38
Comunidade Piin – Aldeia / Camaragibe – PE	31
Comunidade Fronteira – Aldeia / Camaragibe – PE	21
Municípios fora da Região Metropolitana do Recife (RMR)	12
Bairros de Recife – PE	11
Vera Cruz – Aldeia / Camaragibe – PE	7
Comunidade Asa Branca – Aldeia / Camaragibe – PE	5
Outros bairros de Camaragibe – PE	5
Região de Aldeia – PE	5
Comunidade Rachão – Aldeia / Camaragibe – PE	4
Bairros de Paulista – PE	4
Bairros de Olinda – PE	2
Outros Estados	2
Bairro de Abreu e Lima – PE	1
TOTAL	247

8. Qual era a condição da sua moradia anterior?

- (**179**) ocupação irregular (**24**) Casa ou apartamento alugado
 (**0**) Ocupação em prédio público (**31**) Casa própria
 (**5**) Casa de familiares
 (**8**) Outro

9. Tendo em vista as condições de moradia, a exemplo de tamanho, conforto térmico e nível de conservação das instalações físicas, como você considera a sua moradia atual em relação à anterior?

- (**37**) Pior (**30**) Semelhante (**180**) Melhor **TOTAL 247**

Por quê? **respostas**

10. Como você avalia o serviço de limpeza pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor? **TOTAL 247**

- (**0**) Ótimo (**29**) Bom (**68**) Regular (**50**) Ruim (**100**) Péssimo

Por quê? **respostas**

11. Como você avalia o serviço de segurança pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor? **TOTAL 247**

- (**0**) Ótimo (**8**) Bom (**24**) Regular (**37**) Ruim (**178**) Péssimo

Por quê? **respostas**

12. Como você avalia o serviço de saúde pública no Conjunto Habitacional Novo Redentor?

- (**0**) Ótimo (**15**) Bom (**58**) Regular (**55**) Ruim (**118**) Péssimo
 (**1**) Não respondeu

Por quê? **respostas**

13. Como avalia a oferta de escolas públicas no Conjunto Habitacional Novo Redentor? **TOTAL 247**

- (**15**) Ótima (**147**) Boa (**46**) Regular (**20**) Ruim (**19**) Péssima

Por quê? **respostas**

14. Como avalia o serviço de transporte coletivo ofertado no seu bairro? **TOTAL 247**

- (**0**) Ótimo (**1 ver nºM65**) Bom (**4**) Regular (**12**) Ruim (**230**) Péssimo

Por quê? **respostas**

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

**INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO – *CAMPUS* RECIFE
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Pesquisa sobre as contradições socioespaciais no Conjunto Habitacional Novo Redentor

**Roteiro de entrevista com moradores do conjunto habitacional Novo Redentor,
Camaragibe-PE**

Entrevista n.º _____

1. Gostaria que falasse sobre o processo inicial de remoção das famílias moradoras das comunidades aqui próximas para o Conjunto Habitacional Novo Redentor.
2. Houve algum cadastro prévio para levantamento das famílias que foram contempladas com residência no Novo Redentor? Se sim, gostaria que esclarecesse como isso ocorreu.
3. Como se deu a interlocução entre o poder público e os moradores das comunidades na fase anterior à transferência das famílias para o Novo Redentor?
4. Quais os principais problemas atualmente vividos pelos moradores do Conjunto Habitacional Novo Redentor?
5. Como os moradores estão se organizando atualmente para reivindicar melhorias de serviços públicos e infraestrutura urbana para o conjunto habitacional?
6. Como avalia a qualidade do imóvel onde reside, considerando aspectos como tamanho e conforto?

ANEXO – TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO



TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO


Pelo presente instrumento, regido por normas de Direito Administrativo, de um lado a **COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS – CEHAB**, sociedade de economia mista estadual, com sede na Rua Odorico Mendes, n.º 700, bairro de Campo Grande, Recife/PE, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 03.206.056/0001-95, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **NILTON DA MOTA SILVEIRA FILHO**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Cédula de Identidade n.º 2.156.331 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 059.818.353-00, residente e domiciliado em Recife-PE, doravante designada **PERMITENTE**, e, do outro lado, **CLARICE MARIA DA CONCEIÇÃO**, brasileira, portador(a) do RG n.º 3.056.478 SSP/PE, inscrito no CPF(MF) sob o n.º 858.802.804- 20, domiciliado(a) no Município de Camaragibe-PE, doravante designado **PERMISSIONÁRIO**, celebram a presente Permissão de Uso a Título Gratuito, com base no artigo 144 da Constituição do Estado de Pernambuco, conforme as cláusulas e condições enunciadas em sucessivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo tem como objeto o imóvel edificado em 37,00 m² (trinta e sete metros quadrados), situado no Conjunto Habitacional Loteamento Bairro Novo Redentor, Rua Manoel Bione de Araújo, s/n, Lotes de n.º51 e n.º53, Bloco 02, Apt 04, Vera Cruz, Camaragibe/PE, composto por 01 (uma) sala, 02 (dois) quartos, cozinha, 1 (um) banheiro, terraço e área de serviço, conforme planta baixa em anexo, que integra o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, juntamente com o Termo de Adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA: A PERMITENTE, através deste ato negocial, outorga à(ao) PERMISSIONÁRIA(O) acima qualificado a Permissão de Uso do imóvel descrito na cláusula anterior, a título gratuito, para o fim exclusivo de moradia familiar.

Parágrafo Único: Fica terminantemente proibido ceder ou transferir o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da PERMITENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: Após a assinatura do presente instrumento, a(o) PERMISSIONÁRIA(O) fruirá plenamente do imóvel descrito e caracterizado na Cláusula Primeira, bem como responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o mesmo.


Mirele Marinho R. de Mendonça
Advogada Cehab/PE
OAB/PE 20047





CLÁUSULA QUARTA: A(O) PERMISSONÁRIA(O) se obriga, nos termos do presente instrumento, a:

- A. Manter o imóvel com o fim ao qual o mesmo se propõe, que é de moradia sua e de sua família, conforme estabelecido na Cláusula Segunda do presente instrumento, sendo vedada a possibilidade de locação total ou parcial, devendo ser respeitado o uso exclusivamente residencial;
- B. Conservar o imóvel, mantendo-o em condições de habitabilidade, não permitindo sua depreciação;
- C. Zelar pelo seu entorno, cooperando com as ações de preservação e conservação do meio ambiente;
- D. Não transferir, nem ceder, no todo ou em parte, o imóvel a terceiros, sem prévia e expressa autorização da PERMITENTE;
- E. Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel em apreço a partir do recebimento do mesmo;
- F. Não realizar nenhuma obra de ampliação ou benfeitoria, por menor que seja, mesmo as que classifiquem como necessárias, sem autorização prévia e por escrito da PERMITENTE, sob pena de perdê-la em prol do patrimônio Estadual;
- G. Informar de imediato à PERMITENTE qualquer turbacão da posse que venha a ocorrer;
- H. Não se opor à vistoria interna em sua unidade habitacional por parte da PERMITENTE;
- I. Manter-se no imóvel, não abandonando o mesmo.

Parágrafo Primeiro: A(O) PERMISSONÁRIA(O) se obriga a exercer os direitos que lhe são conferidos neste instrumento em consonância com a normatização de uso do solo prevista na Legislação Municipal.

Parágrafo Segundo: Caso sejam descumpridas quaisquer das obrigações acima descritas, a(o) PERMISSONÁRIA(O) deverá devolver o imóvel à PERMITENTE, sem direito à retenção ou indenização pelas obras ou benfeitorias nele realizadas, mesmo as necessárias, passando

Mirele
Mirele Marinho P. de Mendonça
 Advogada Cehab/PE
 OAB/PE 20047





as mesmas a integrar o domínio público do Estado, através da CEHAB, sem qualquer ressarcimento seja a que título for.

CLÁUSULA QUINTA: Esta Permissão é outorgada gratuitamente e por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: Não importará em tácita alteração dos termos desta Permissão o eventual atraso ou omissão da PERMITENTE no exercício das faculdades que lhe são conferidas neste instrumento tendentes à revogação deste Termo, prevista na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA: A presente PERMISSÃO se transfere por sucessão legítima ou testamentária, cabendo à PERMITENTE, em ocorrendo tal hipótese, transferir a titularidade do documento ao(s) beneficiário(s).

CLÁUSULA OITAVA: O descumprimento de qualquer das obrigações contidas neste Termo, acarretará na revogação de pleno direito da presente Permissão de Uso, devendo o imóvel ser devolvido à PERMITENTE pela(o) PERMISSONÁRIA(O), de imediato, através de simples notificação administrativa, estando o mesmo completamente livre e desimpedido, sob pena de não assim procedendo, se caracterizar esbulho possessório, possibilitando à PERMITENTE retomá-lo pela forma cabível, através de Ação de Reintegração de Posse.

CLÁUSULA NONA: Integram este instrumento todas as normas jurídicas estaduais concernentes à Permissão de Uso.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente instrumento jurídico de Permissão de Uso tem caráter provisório, devendo ser, posteriormente, substituído por outro documento legal, desde que respeitadas as todas cláusulas .

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Delimita-se o foro do Município de Recife-PE para resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.


Mirele Marinho P. de Mendonça
Advogada Cehab/PE
OAB/PE 20047





E, por estarem justos e avençados, assinam este instrumento jurídico em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02(duas) testemunhas, que a tudo presenciaram.

Recife, 16 de setembro de 2011.

Pelo Permitente:

NILTON DA MOTA SILVEIRA FILHO
Diretor Presidente

Pela(o) Permissionária(o):



CLARICE MARIA DA CONCEIÇÃO

Testemunhas:

1.....

Nome:

CPF(MF):

2.....

Nome:

CPF(MF):

Mirele Marina P. de Mendonça
Advogada Cehab/PE
OAB/PE 20047

